

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FORMAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO EMATER
NA DÉCADA DE 80**

MÁRCIA HELENA LAINO

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FORMAS DE ATUAÇÃO DO INSTITUTO EMATER
NA DÉCADA DE 80**

Dissertação apresentada por Marcia Helena Laino, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Marivânia Conceição de Araújo

**MARINGÁ
2012**

L186f Laino, Marcia Helena.

Formas de atuação do Instituto Emater na década de 80 /
Marcia Helena Laino. – Maringá : Universidade Estadual de
Maringá - UEM , 2014.
92 f.

Orientadora: Dr^a Marivânia Conceição de Araujo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá
- UEM.

1. EMATER. 2. Extensão rural. 3. Mudanças. 4. Educação informal. 5.
Agricultura. I. Universidade Estadual de Maringá - UEM. II. Título.

(21 ed) CDD: 352.794

Bibliotecária Responsável Inês Gemelli CRB 9/966

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Marina e Irineu com gratidão.

A minha filha Sophia e ao meu filho
Glauber com amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus senhor de toda sabedoria humana e meu maior incentivador nesta caminhada.

À professora doutora Marivânia Conceição de Araújo, que se dispôs a me orientar com delicadeza e firmeza.

À Maria Sueli da Silva Rodrigues, da biblioteca do EMATER, que em todos os momentos esteve disponível para fornecer materiais bibliográficos.

Ao Arnaldo Bandeira pela colaboração e incentivo

Aos professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá, pelo seu comprometimento com o mestrado e pela prazerosa convivência.

Aos colegas do EMATER, que concederam as entrevistas e colaboraram com informações a respeito do período estudado.

Ao Instituto EMATER pela oportunidade concedida.

À Escola de Governo, que juntamente com a Universidade Estadual de Maringá, oportunizaram este mestrado.

LAINO, Marcia Helena. **Formas de Atuação do Instituto Emater na Década de 80.** Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Estadual de Maringá. Orientadora Prof^a Dr^a. Marivânia Conceição de Araújo, 92F. Maringá, 2012.

RESUMO

Este estudo analisou a EMATER-PR como instituição parte da estrutura da extensão rural brasileira. A pesquisa se orienta no sentido de perceber sua trajetória histórica, considerando as mudanças ocorridas, procurando compreender e descrever a sua forma de atuação na década de 80, período considerado um marco em sua história, com a criação do “modelo 80”, que tinha como princípios básicos uma extensão eminentemente educativa, estruturada num programa de educação informal e que preconizava a participação ativa dos agricultores nas decisões e soluções dos seus problemas. Para fornecer subsídios e correlacionar as alterações ocorridas, propiciando uma melhor interpretação, compreensão e análise deste período, fez-se um resgate histórico de épocas anteriores, com ênfase na fase de criação do Complexo Agroindustrial, que redirecionou a forma de praticar agricultura no Brasil, principalmente para o estado do Paraná. Tratou-se também da origem, do significado e do surgimento da extensão rural no Brasil, e no estado do Paraná, e de sua trajetória institucional. Tentou-se resgatar a história da extensão rural pública federal e estadual, desde sua criação. A autora vislumbra, com estabreve retrospectiva, a possibilidade de este estudo vir a ser utilizado como uma reflexão de um período que ficou marcado na memória dos estensionistas, até os dias de hoje, como o mais participativo de sua história.

Palavras-chave: EMATER; Extensão rural; Mudanças; Educação informal; Agricultura

ABSTRACT: This study analyzes the institution EMATER-PR as part of the farming extension Brazilian structure. The research is oriented towards to realize its historical trajectory, considering the occurred changes, aiming to understand and describe the way it operates in the 80's, a period considered a mark in its history, with the creation of "80's model", whose basic principles are an extension eminently educative, structured on a informal education program and that disseminate the active participation of farmers in decision and solutions making to their problems. To provide material and correlate the changes, allowing a better interpretation, understanding and analysis of this period, a historical earlier times was done, with emphasis on the years of the Agriculture-industrial Complex creation, which redirected the way to practice agriculture in Brazil, mainly to the state of Paraná. It was also the origin, the meaning and the emergence of rural extension in Brazil, and the state of Paraná, and its institutional trajectory. On tried to rescue the history of public rural extension (federal and state), since its creation. The author envisions, with this brief review, the possibility of this study come to be used as a reflection of a period that was marked in extensionists memory, nowadays, as the most participatory in its history.

Key-words: EMATER; Rural extension; Changes; Informal education; Agriculture.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
 ACAR - Associações de Crédito e Assistência Rural
 AIA - Associação Internacional Americana
 ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
 ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
 CMN - Conselho Monetário Nacional
 COMPATER - Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural
 CNDR - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
 CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
 CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
 CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
 CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura
 DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
 DIER - Departamento de Infra-Estrutura e Extensão Rural
 EBTU - Empresa Brasileira de transportes Urbanos
 EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
 EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
 ETA - Escritório Técnico de Agricultura
 FAO – FoodandAgricultureOrganization
 FASER - Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil
 GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte
 GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária
 IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
 IIBA - Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MA - Ministério da Agricultura
MAA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARA - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MCR - Manual de Crédito Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SARC - Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
SESI - Serviço Social da Indústria
SIBER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SICON - Sistema de Informações do Congresso Nacional
SNRA - Secretaria Nacional da Reforma Agrária
SSR - Serviço Social Rural
SUPRA - Superintendência de Política Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	13
2.1 PANORAMA DO HISTÓRICO NACIONAL	13
2.1.1 Panorama no Paraná.....	19
2.2 CRIAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL – CAI	21
2.2.1 O CAI no Estado do Paraná	27
3 EXTENSÃO RURAL	29
3.1 ORIGEM E SIGNIFICADO DA EXTENSÃO RURAL	29
3.2 O SISTEMA DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	31
3.2.1 Antecedentes Históricos	31
3.2.2 Fases da Extensão Rural Brasileira	43
3.3 A EXTENSÃO RURAL NO PARANÁ ATÉ A DÉCADA DE 80.....	48
3.3.1 Referências Legais	48
3.3.2 Trajetória Institucional.....	51
4 A DÉCADA DE 80.....	57
4.1 CENÁRIO NACIONAL DA AGRICULTURA	57
4.1.1 Cenário Paranaense da agricultura	58
4.2 A EXTENSÃO RURAL NACIONAL	60
4.2.1 A Extensão Rural Paranaense	66
4.3 O MODELO 80	69
4.3.1 A Implantação.....	69
4.3.2 A Missão: Um Aprofundamento do Modelo	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	94
ANEXO 1 – TABELA	95
ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	96

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é a forma de trabalhar da ACARPA/EMATER-PR¹ na década de 1980. Busca compreender sua trajetória histórica até este período e as atitudes tomadas nesta década que, acredita-se ter redirecionado o trabalho até então desenvolvido pela instituição, através do “Modelo 80” de extensão rural do Paraná. Através da descrição e análise dos fatos ocorridos à época, relacioná-lo com o período anterior e refletir sobre a forma como ocorreu esta abertura na instituição, para uma maior participação do quadro de seus servidores e público externo à instituição. Além de relacionar com o movimento nacional de mudança na forma de trabalhar da extensão rural.

A década de 80 foi um período em que o atual EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, na época denominada ACARPA/EMATER-PR, propiciou uma intensa participação dos servidores extensionistas², lideranças políticas, agricultores e sociedade organizada na elaboração e implantação de Políticas Públicas da empresa. O método de trabalho do período é conhecido como o “modelo 80”, ainda hoje citado por muitos extensionistas, quando se quer usar uma metodologia participativa. Por meio deste modelo foi reorientado a forma de trabalhar da ACARPA/EMATER-PR, em relação ao executado desde sua implantação.

Demandada por seus servidores, no ano de 1979, a ACARPA/EMATER-PR, estabelece um processo de reflexão sobre sua trajetória, e no início da década de 80 aproveitando o momento da abertura política que o país atravessava, implanta uma nova sistemática de atuação que ficou conhecida como Modelo 80 de Extensão Rural. Por meio deste modelo foi reorientada sua forma de trabalhar em relação ao executado desde sua implantação. É o momento que ficou conhecido como primeira parada histórica de reflexão da Extensão Rural do Paraná. No ano de 1983, fruto das eleições diretas realizadas em 1982, assume um novo governo no estado do Paraná. Neste contexto ocorre a segunda parada histórica de reflexão da Extensão Rural do Paraná, em um amplo debate com a sociedade. O modelo 80 é aperfeiçoado, definido a nova missão da Acarpa/Emater-Pr.

¹ ACARPA/EMATER-PR, utilizada desde o ano de 1977, quando a ACARPA-Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná mudou sua razão social para EMATER-Paraná e conviveu com as duas denominações até o ano de 1988, quando foi definitivamente extinta a ACARPA.

²Extensionistas são profissionais que atuam nas entidades de extensão rural. Na área técnica levam ao produtor rural informações úteis e relevantes para seu aprendizado, de acordo com o seu campo de interesse. Na dimensão educacional visam a ajudar o produtor rural a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações.

Os fatos vivenciados pelos servidores que trabalhavam à época na empresa foram relatados através de entrevistas feitas com extensionistas que ocupavam cargos nos dois planos de atuação da instituição: municipal e regional. Seus depoimentos enriquecem a descrição de como transcorreu este período.

Como pesquisadora e servidora³ extensionista da ACARPA/EMATER-PR, acredito que a década de 80 foi um marco, como o período em que houve o redirecionamento do trabalho na instituição e nesta dissertação relato alguns episódios presenciados no período. Essa vivência forma um conjunto de informações e experiências pessoais e profissionais que vão servir como um elemento importante para entender o momento estudado e as ações da instituição.

Desenvolveu-se neste estudo um panorama histórico da agricultura brasileira e paranaense até a década de 80, objetivando contextualizar esta fase e relacioná-la com as formas de atuação da ACARPA/EMATER-PR. Neste panorama foi dada ênfase à instalação do Complexo Agroindustrial pela sua importância nas transformações da agricultura nas décadas de 60 e 70.

Para melhor compreensão desta dissertação fez-se, uma breve descrição do significado de extensão rural, sua origem e sua trajetória no Brasil e no estado do Paraná. Considerando que a extensão rural brasileira surge no pós guerra mundial e tem o patrocínio basicamente do governo dos Estados Unidos da América e das associações filantrópicas de grandes grupos econômicos americanos como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, trazendo em seu bojo a mesma filosofia norte americana que visa sobretudo inserir o agricultor no circuito capitalista. No estado do Paraná a extensão rural se inicia com a instalação da ACARPA em maio de 1956, nos mesmos moldes da extensão rural nacional. Para uma rápida visualização dos momentos relevantes da extensão rural nacional, citados nesta dissertação, foi montado um quadro com as datas e os acontecimentos relacionados.

A mudança nos rumos da extensão rural em que privilegia (incentiva) o trabalho junto aos pequenos agricultores e suas organizações foi um movimento nacional coordenado pelo EMBRATER. Neste estudo constatou que neste período houve uma mudança na forma de

³ Márcia Helena Laino, formada Engenheira Agrônoma em dezembro de 1982, agricultora até julho de 1984, iniciou seu trabalho na ACARPA/EMATER-PR como extensionista municipal em Maria Helena-PR, sendo transferida para o município de Alto Piquirí-PR no ano de 1988 e, após, para o município de Umuarama-PR no ano de 1990, continuando com função de extensionista municipal. Em 2003 assumiu a chefia regional da EMATER-PR em Umuarama. Em 2007 cedida para a SEAB – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, exercendo a função de Chefe do Núcleo desta Secretaria na região de Umuarama. No início do ano de 2011 retornou à função de extensionista municipal em Umuarama-PR, onde permanece até o presente momento.

trabalhar do SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, como demonstra Peixoto:

Na década de 80 a EMBRATER optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular, dentro do SIBRATER, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), criado pelo Decreto nº 91.766, de 10/10/1985, além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância (PEIXOTO, 2008, p.25).

A crise econômica que abateu o país no final da década de 70 provocou a desaceleração do processo de tecnificação da agricultura e a redução do volume de crédito rural, tornando-o mais caro com a retirada do subsídio, principal instrumento do processo de modernização agrícola. Isso resultou segundo Rodrigues (1997), no esgotamento do modelo difusionista produtivista da extensão rural no Brasil, que visava apenas divulgar, impor ou estender um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas. Propiciou ainda a fase do humanismo crítico, que preconizava a construção de uma consciência crítica nos extensionistas e que usava o “planejamento participativo” como um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com base na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. A fase do humanismo crítico teve seu predomínio a partir de meados da década de 80.

Nesse sentido, esta pesquisa se justifica ao considerar a ausência de estudos com relação ao tema, a pouca documentação existente sobre este período e por ainda trabalharem no EMATER muitos servidores que atuaram no período, que poderão contribuir com seus relatos. Além disso, algumas motivações pessoais contaram na escolha do objeto de pesquisa: a primeira é o fato de ser servidora no EMATER-PR, trabalhando há muito anos na empresa; a segunda é ter ingressado na empresa na época objeto do estudo, participado de parte do período a ser estudado, acompanhado os momentos que marcaram a vida política, a trajetória desta organização e das pessoas que a administraram. As motivações pessoais são pertinentes para as análises desenvolvidas aqui visto que iniciei minhas atividades na ACARPA/EMATER no auge das ações do “modelo 80”, participando ativamente deste processo e, vivenciando na instituição as mudanças ocorridas.

METODOLOGIA

De acordo com os objetivos propostos neste estudo, esta é uma pesquisa decorrente de pensamento do compreensivismo, buscando compreender as mudanças ocorridas relativas ao período anterior, interpretando sua trajetória e relacionando com a década de 80.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de análise de documentos existentes no EMATER-PR, pesquisa na internet, leitura e análise de dissertações e teses de servidores extensionistas, entrevistas, acrescidos pelos relatos da experiência profissional pessoal.

A técnica da entrevista foi utilizada para enriquecer o estudo com fatos exclusivos do EMATER-PR e contar um pouco da história da instituição neste período estudado. As entrevistas foram realizadas com pessoas que trabalhavam na instituição na década de 80 e ocupavam à época, funções nos dois níveis organizacionais, municipal e regional. Sendo assim, foram entrevistados três indivíduos; dois extensionistas municipais e um coordenador regional, cobrindo os dois níveis hierárquicos da instituição que tinham a responsabilidade de executar as políticas públicas da ACARPA/EMATER-PR nas regiões e municípios, e contato mais direto com agricultores e lideranças regionais. Com os dois extensionistas municipais utilizou-se a técnica de gravador e com o extensionista regional um questionário escrito.

Nas entrevistas com os extensionista buscou-se retratar a percepção dos inquiridos quanto ao significado e a diferença na maneira de trabalhar neste novo modelo. As entrevistas, com depoimento de extensionistas que atuaram à época são um complemento à bibliografia pesquisada, pois trazem relatos vivenciados da trajetória da ACARPA/EMATER-PR.

Na elaboração deste trabalho foram utilizadas fontes de informação/documentação disponíveis na EMATER-PR, tais como: apostilas, relatórios anuais, planos diretores, programas e projetos especiais, diretrizes gerais, programa de assistência técnica e extensão rural, etc.

Cabe ressaltar, com relação ao material bibliográfico consultado, no caso das informações sobre a ACARPA/EMATER-PR a apostila datilografada de Carlos Antonio Ferraro Biasi e Elizabeth Maria Geralda Henderikx (1993), que contém um apanhado sobre a instituição dos anos 50 até o final da década de 90, os impressos de Celso Bruns (1986), que na fase estudada foi diretor da instituição, o documento “Referencial para atuação com categorias de Produtores na Extensão Rural do Paraná” de Branderburg e Henderikx (1981), que contém o resultado do diagnóstico, análises e propostas que embasaram o Modelo 80 e a dissertação de mestrado de Odilio Sepulcri (2005) que trata do EMATER-PR.

Obteve-se com o auxílio da internet informações durante todo seu estudo e, através dela, teve-se acesso à maioria das dissertações e teses.

Com relação à revisão da literatura foram pesquisados autores reconhecidos como *experts* nos assuntos abordados em nível nacional. Distinção especial se faz a Cyro Mascarenhas Rodrigues (1997), que sintetizou com maestria os períodos da extensão rural e a Marcus Peixoto (2008), que organizou por datas as principais ocorrências referentes à extensão rural.

Outra importante fonte de informações foram as dissertações e teses de servidores extensionistas rurais, contendo estudos da extensão rural nacional e relatos vivenciados por eles em suas instituições nos vários estados brasileiros, constituindo uma contribuição valiosa para este estudo.

2 AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

O presente capítulo aborda momentos importantes da agropecuária brasileira até a década de 1980, objeto deste trabalho. Apresenta um breve histórico da agricultura com ênfase na criação do Complexo Agroindustrial. Em cada tópico procurou-se especificar as transformações ocorridas no estado do Paraná.

O objetivo deste capítulo é fornecer subsídios para poder correlacionar as transformações ocorridas na agricultura brasileira e estadual com o período dos anos 80 e a atuação do instituto EMATER nesta década.

2.1 PANORAMA DO HISTÓRICO NACIONAL

Estudos sobre a agricultura brasileira apontam que ela se iniciou formalmente no século XVI, com a doação de terras através das sesmarias para o cultivo de cana-de-açúcar e extração do pau-brasil. Nas áreas que não serviam para o cultivo de cana e estavam mais distantes do litoral, as atividades eram voltadas para pecuária de corte e criação de animais de tração. Do século XVI até o século XVIII, desenvolveu-se também uma agricultura de produção de alimentos de subsistência que visava ao abastecimento das pessoas engajadas nos engenhos e fazendas de gado (O JORNAL AMBIENTE BRASIL, 2012).

Depois do século XVIII, a mineração passou a ser a principal atividade do país e, por conseguinte, absorvendo a maior parte da mão-de-obra, o que ocasionou o abandono de muitos engenhos açucareiros. Essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos, com fins comerciais (O JORNAL AMBIENTE BRASIL, 2012).

Com a ascensão do capitalismo no século XIX, as propriedades se tornaram maiores. Inicia-se a fase de grande expansão da ocupação do território, sobretudo na Região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras. Nesse período também se desenvolveu o transporte ferroviário, acabando-se, assim, o isolamento das fazendas (O JORNAL AMBIENTE BRASIL, 2012).

Sucessivas crises de abastecimento surgidas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar, voltados para o mercado externo, no século XX, contribuíram para o

aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos (O JORNAL AMBIENTE BRASIL, 2012).

A partir de 1920, principalmente, após a década de 30, a indústria brasileira começa a desenvolver-se com maior intensidade. Na década de 30 há uma transferência do eixo de acumulação do setor agrícola exportador para o setor industrial, com isto diminui o poder dos grandes proprietários rurais perante a política e o Estado. Segundo Bernardo Sorj (1986), o comando político e do Estado era exercido até a década de 30 pelos grandes proprietários rurais, a partir deste período os grandes latifundiários ficaram em uma condição inferior no poder, subordinados aos industriais. Garantiram a posse de seus latifúndios e que o salário de seus funcionários se mantivesse baixo no campo.

A citação de Sorj (1986) acima é confirmada por Wilkinson (1986), quando aponta que a posição hegemônica dos interesses agrários tradicionais foi progressivamente deslocada a partir dos anos 30, e que na década de 70, com a consolidação do Complexo Agroindustrial, “estes interesses estão agora decididamente subordinados aos do capital agroindustrial” (p. 18).

Para (Patricia de Oliveira Matos, apud MIELITZ NETO 2010), o processo de industrialização brasileiro foi regido, a partir da década de 1930, por uma estratégia econômica, a industrialização por via da substituição de importações, a qual provocou profundas mudanças socioeconômicas no país.

Segundo Pereira (1999), o setor urbano brasileiro se intensifica a partir da década de 1940, como reflexo do aumento do setor industrial e do setor de serviços, acarretando o deslocamento de pessoas do campo para as cidades, causando uma maior pressão na demanda por alimentos. Além disto, havia a necessidade da manutenção e ampliação das exportações agropecuárias para a manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos. Esta conjuntura propiciou a partir de 1950 um debate sobre o porquê da baixa produtividade na agricultura.

A agricultura era considerada um setor retardatário pelas autoridades brasileiras, caracterizado por baixa produtividade e que, por isto, provocava crises de abastecimento e, conseqüentemente, pressão na alta dos preços. Segundo Gonçalves Neto (1997) constava no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social⁴ dos anos de 1963 a 1965 a necessidade de modificação na estrutura agrária, pois esta não assimilava as modernas técnicas, acabando por atrasar o conjunto da economia.

⁴O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) tinha como objetivo retomar o desenvolvimento econômico brasileiro, que havia perdido o impulso no início dos anos 1960. O plano foi criado por uma equipe liderada pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, durante o regime parlamentarista do governo de João Goulart.

Com o Golpe Militar de 1964, foi mantida a proposta de modernizar a agricultura, que constava do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social dos anos de 1963 a 1965 (MIELITZ NETO, 2010).

É importante ressaltar que a expansão da produção agrícola ocorrida até o final da década de 60 se deu devido ao aumento da área plantada e não ao aumento de produtividade por área. O aumento da produtividade ocorreu intensamente a partir da modernização da agricultura, com a criação do Complexo Agroindustrial, como veremos em item específico. Sorj (1986) afirma que o pequeno produtor, neste caso o posseiro, abre as áreas para plantar, mas, como ele não usa tecnologia, a terra se exaure logo e não pode plantar na mesma área. Neste momento o grande latifúndio expande sua área para este local.

O aumento da área plantada desta época foi possível graças a indústria de caminhões e à forte expansão das rodovias federais ocorrida de 1952 a 1960, que facilitou o escoamento da produção. Sorj (1986) menciona que de 1952 a 1960 as rodovias federais passaram de 12.300 km. para 32.400 km.

A agricultura na década de 1950 e início de 1960 contribuíram para a formação do setor industrial através da manipulação das taxas cambiais, com a supervalorização do dólar, o que favorecia as importações industriais e desvalorizava o produto agrícola, principal item na pauta de exportações da época. Segundo Sorj (1986), a supervalorização do dólar no período foi de 25%.

Para Delgado (1985), existem duas fases históricas do setor agrícola. O divisor destes dois períodos situa-se em meados da década de 60. Na primeira fase, que vai até o meio dos anos 60, o setor agrícola é visto prioritariamente como uma fonte de transferência de recursos para o projeto de industrialização, que desde 1930 é assumido pelo “Estado”. Esta transferência se baseou na produção de café, que tinha boas condições internacionais de comércio até o ano de 1961. A segunda fase, mencionada pelo autor, é a que incorporou novas demandas por integração interindustrial e internacional do setor agrícola, emergindo a nova categoria do Complexo Agroindustrial Rural.

Ainda na década de 60, as decisões do setor agrícola foram tomadas de forma que não afetassem apenas o setor agrário, mas também, o setor urbano, como refere Gonçalves Neto (1997, p 146): “a agricultura não pode comprometer as metas de desenvolvimento econômico (mantendo uma base atrasada e, conseqüentemente, produção distante dos percentuais requeridos) e deve permitir o crescimento dos setores a ela diretamente ligados”. Outro fator com que a agricultura contribuiu para a industrialização foi o controle dos preços dos

produtos agrícolas da cesta básica. Desta forma, o salário mínimo podia ficar baixo e não encarecer as indústrias, que eram as maiores usuárias de mão de obra assalariada.

Para Delgado (1985), a transformação da base técnica da agricultura e a constituição do Complexo Agroindustrial são processos distintos e historicamente separados. O primeiro foi a transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura de insumos naturais para bens de produção industriais ocorrido no pós-guerra, caracterizando-se pela elevação dos índices de tratorização e consumo de fertilizante NPK. O segundo momento é o da industrialização dos processos de produção rural, com implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para agricultura e o favorecimento financeiro pelo estado ao consumo desses novos meios de produção, ocorridos no final dos anos 50. Um terceiro momento das relações agricultura-indústria é o processo de fusão ou integração de capitais intersetoriais, compreendendo não apenas o aprofundamento das relações interindustriais, mas outras formas de integração e conglomeração sob comando do grande capital.

Para Gonçalves Neto (1997), como na agricultura há uma forte dispersão espacial dos estabelecimentos, torna-se difícil o processo de intervenção do Estado no setor. Para realizar o planejado, a cooperação dos produtores rurais com os objetivos do Estado era necessária. Para consecução desses objetivos foram criados institutos de pesquisa e de assistência técnica. Estabeleceu-se o sistema Nacional de Crédito Rural e incentivou-se a utilização de insumos modernos, propiciando a integração entre a agricultura e o circuito industrial.

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, que foram iniciados no país no final da década de quarenta, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que foi criada em 1972, tinham a função de servir como elo entre os interesses do Estado e os agricultores. Segundo Mielitz Neto (2010, p.60), “a pesquisa agropecuária e a extensão rural no Brasil devem ser lembradas como importantes instrumentos de política pública agrícola, na medida em que condicionam e determinam o perfil tecnológico que esta virá a ter no futuro”

Para Gonçalves Neto (1997), com relação às inovações, o governo brasileiro optou, no início dos anos 1960, por incentivar a divulgação de tecnologias já desenvolvidas em países mais adiantados, representando este período o auge da extensão rural no país.

A agricultura estava inserida no processo de desenvolvimento econômico do país e no período de 1966 a 1973, quando aconteceu o denominado "milagre brasileiro", fase em que houve uma aceleração do desenvolvimento econômico a agricultura também foi beneficiada com ampla disponibilidade de crédito a juros subsidiados.

A maioria de pequenos e médios agricultores tiveram dificuldades de acesso ao crédito devido às exigências de garantias, excesso de burocracia e a liberação do crédito em ocasiões inadequadas. O que ocasionava baixa produção e desestímulo à atividade agrícola, aumentando o êxodo rural. Sorj (1986) cita que os pequenos agricultores acabavam recorrendo a comerciantes, atravessadores ou aos proprietários de imóveis maiores para custear suas lavouras a um custo muito maior, pagando juros extorsivos. Isto acarretava que ele não usava todos os insumos necessários e sua produtividade permanecia baixa.

Para Valdo Cavalet (2008), já no decorrer da primeira metade dos anos 70 os efeitos socialmente negativos da política de modernização se faziam sentir. Para os pequenos produtores que tiveram acesso ao crédito e chegaram a incorporar tecnologia moderna, a elevação da produtividade dela resultante foi insuficiente para compensar seus novos custos de produção, diante de um sistema de comercialização desigual e deficitário, que convivia com o controle dos preços agrícolas por parte do governo e com o endividamento crônico a que os mecanismos de crédito conduziam.

As formas de trabalho associadas em parceria ou arrendamento foram afetadas pelo avanço das culturas de exportação e pela mecanização crescente da agricultura. Segundo Cavalet (2008), para a grande propriedade deixou de interessar a manutenção de reservas permanentes de mão de obra, que implicavam parcelamento da terra e divisão de parte da produção, tornando oneroso o vínculo com parceiros e arrendatários que foram substituídos pelo trabalho temporário dos boias-frias nas fases não mecanizáveis do ciclo produtivo.

A partir do final da década de 70 ocorreu o agravamento da disputa comercial agrícola decorrente dos excessos de produção gerados nos EUA e na Europa, que, segundo Mielitz Neto (2010), são colocados no mercado internacional com grandes subsídios, prejudicando terceiros países exportadores, como Brasil, Argentina, Austrália, etc.

Com as transformações ocorridas na agricultura, sem o devido cuidado com a proteção ambiental, houve uma degradação do meio ambiente. Reflexos desta degradação foram, dentre outros, o acelerado processo erosivo dos solos, desmatamento excessivo e em áreas que deveriam ser preservadas, extermínio de sementes de variedades crioulas, redução da vida microbiológica do solo em função do uso excessivo de adubos e corretivos químicos, extermínio de inimigos naturais de pragas das lavouras devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, etc.

Já na década de 1970 alguns cientistas alertam para os perigos da destruição do meio ambiente, colocando em risco o futuro dos seres vivos. A Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972 e fruto da XXIII Assembléia Geral da ONU de 1969, reflete a

urgência da abordagem de questões relacionadas à degradação ambiental (BALESTRIN, 2002, p. 10).

Em 1973 ocorre o primeiro choque do petróleo, quando a agricultura já estava altamente dependente dele, diretamente através de seu uso interno à propriedade para movimentar o maquinário, ou indiretamente como matriz energética para indústria de fertilizantes, como explica Delgado (1985, p.96): “[...] a matriz energética básica dessas novas indústrias de fertilizantes é, em essência, o petróleo, presente diretamente como matéria-prima no caso dos nitrogenados ou indiretamente nos demais insumos, pelos processos industriais, desde a extração do minério até a aplicação dos fertilizantes no solo”.

A partir do final da década de 70 ocorreu o agravamento da disputa comercial agrícola decorrente dos excessos de produção gerados nos EUA e na EU, que segundo Mielitz Neto (2010) são colocados no mercado internacional com grandes subsídios, prejudicando terceiros países exportadores, como Brasil, Argentina, Austrália, etc.

Diante da conjuntura agrícola do final da década de 70, fica evidente que toda a política de Governo nos períodos anteriores determinou o que produzir na agricultura brasileira e a forma de fazê-lo. Sendo que o Estado, através da instalação dos CAIs e do crédito rural determinaram as tecnologias de produção, subordinando a agricultura ao uso de insumos e maquinários específicos, beneficiando diretamente as indústrias a montante do processo produtivo. Deixando clara a opção pelos ideais da Revolução Verde⁵. A produção (a sua maioria) era destinada ao comércio exterior in natura ou minimamente processado, e tinha que se adequar as demandas internacionais ou as industriais brasileiras posicionadas a jusante do processo produtivo.

Pelo exposto, verificou-se que este novo modelo de agricultura proporcionou tecnologias que atingiram uma maior eficiência na produção agrícola, havendo um aumento considerável de produção e produtividade, entretanto este processo de modernização no campo alterou a estrutura agrária, onde pequenos produtores por não conseguirem se adaptar venderam suas propriedades. Além do que, acentuou as desigualdades sociais e foi nocivo ao meio ambiente.

⁵Revolução Verde é o conjunto de estratégias e inovações tecnológicas com o objetivo de se alcançar maior produtividade através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo.

2.1.1 Panorama no Paraná

Historicamente, a formação territorial do Paraná está vinculada à presença de sete fases econômicas pelas quais foi orientada, iniciando com a fase escravo-indígena que tinha como seu principal componente os Jesuítas, passando pelas fases de mineração, tropeirismo, erva mate, madeira, café e a fase da soja, policultura e pecuária (FAJARDO, 2007).

No estado do Paraná, a partir de 1930, acontecem importantes movimentos migratórios, ocorrendo uma forte emigração do Nordeste do país e de Minas Gerais. Segundo Sorj (1986), a partir dos anos quarenta e particularmente na década de 50 o maior impulso da expansão da produção agrícola são os estados de fronteira, particularmente o Paraná, que na década de 50 será responsável por 20% do total das novas terras cultivadas e absorção de 23% da nova população rural. A expansão da fronteira passa a ser um dos fatores centrais na realocação da população rural, tendo o Paraná, na década de 50, recebido 1.350 mil emigrantes, Goiás 542 mil e Mato Grosso 257 mil.

De 1920 a 1970, o número de estabelecimentos rurais no Brasil quintuplicou e a área não chegou a duplicar. Houve uma diminuição no tamanho médio da propriedade e da proporção entre área total e população agrícola, que triplica no período. Exceção se faz ao ano de 1940. Este crescimento foi particularmente importante nos estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso e Maranhão (SORJ, 1986).

A cafeicultura ganha espaço no Paraná a partir da crise da economia ervateira e avanço da economia madeireira. A cultura cafeeira foi predominantemente efetuada no Norte do Paraná, quase que como uma extensão do café paulista. Foi a partir dos anos de 1950 que teve início uma diversificação da agricultura paranaense com o plantio em escala comercial de algodão, milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, amendoim, rami, fumo, hortelã e soja. Além disso, intensificou-se em algumas regiões (como Noroeste, Oeste e Sudoeste) a criação de bovinos e suínos. Mas no caso da soja, a expansão dessa cultura foi extraordinária a partir da introdução da mecanização e adoção das novas tecnologias (novas variedades de sementes, adubos, agrotóxicos, enfim, todo conjunto de insumos da chamada “revolução verde” (FAJARDO, 2007).

O crescimento da soja foi muito rápido no estado. Aliada ao uso de insumos modernos, ela ocupou áreas anteriormente ocupadas pela cultura do café e incorporou novas áreas com expansão da fronteira agrícola paranaense. Segundo Cavalet (2008), na década de 70, a lavoura da soja passou a ocupar, de cerca de 395 mil ha plantados em 1970, a 2.250.000 ha em 1980, numa variação de 569%.

Diante do quadro crescente de modernização agrícola, no início dos anos de 1970 foi criada a instituição de pesquisa: o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, para o desenvolvimento de tecnologias no território paranaense, que já nasce embalado pela filosofia deste modelo, como podemos observar pela citação do IPARDES (2005, p. 4).

No Estado do Paraná, entre 1972 e 1980, o Iapar desenvolveu e adaptou tecnologias privilegiando a maximização do rendimento físico das lavouras e criações, por via de pacotes tecnológicos, mediante pesquisa por componentes. Tal procedimento estava em consonância com o modelo de geração e difusão de tecnologia adotado no Brasil como um todo, pois tinha como base principal a política de crédito subsidiado, principalmente os produtos agropecuários para exportação. Com isso, as instituições de pesquisa tiveram que adaptar suas agendas de trabalho, geração e adaptação de tecnologias, sem levar em consideração as reais condições técnicas, econômicas e sociais dos agricultores.

No auge desse processo de modernização agrícola, as instituições brasileiras de pesquisa agropecuária – dentre elas o Iapar – foram levadas a especializarem recursos humanos e a priorizar seus programas de pesquisa para as atividades de monocultura. Inúmeros temas de pesquisa foram remetidos para serem implementados, sem que considerasse a necessária compreensão do trabalho e a organização regional da agricultura e dos agricultores. (IPARDES, 2005 p. 6 apud IAPAR, 1986).

Na avaliação de Cavalet (2008), a maioria da população rural saiu perdendo com esta forma de modernização da agricultura. Pequenos proprietários e seus familiares se proletarizaram, tornando-se boias-frias ou engrossaram o êxodo para as cidades. No caso do Paraná, o chamado celeiro agrícola do país, registrou-se o desaparecimento de 24,2% dos pequenos estabelecimentos (menos de 20 ha) durante a década de 70, resultando a perda de mais de 1.250.000 habitantes do meio rural em dez anos. Os pequenos produtores que resistiram ficaram submetidos aos duros termos da vinculação ao grande capital.

Os municípios do estado do Paraná localizados ao Norte e Oeste e área metropolitana de Curitiba tiveram um aumento significativo de população urbana. A Região Metropolitana de Curitiba, comparada com outras regiões do país, foi a que mais recebeu fluxo de pessoas atingidas pelo êxodo rural durante a década de 1970. Os dados são eloquentes: em 1970 a RMC tinha 821.233 habitantes e em 1980 evoluiu para 1.440.626 habitantes, com uma taxa decenal de crescimento de 5,78% (BALESTRIN, 2002, p. 25 apud MENEZES, 1996).

Como resultado do intenso processo de modernização agrícola ocorrido na década de 70, o estado do Paraná alcançou o posto de segundo maior produtor nacional de soja e cevada, primeiro em trigo, algodão e feijão e o quarto maior produtor de café (SCHIMIDT; BRAUN; STADUTO, 2012). A maioria das culturas instaladas no estado com o processo de modernização foram monoculturas voltadas à exportação como soja, trigo, milho, algodão, etc. o que intensificou a face adversa deste modelo.

O processo de modernização da agricultura ocorreu de forma intensa no estado do Paraná, mudando sua matriz de produção, tendo como resultados positivos o aumento de produção e produtividade, contudo houve fortes efeitos negativos como; degradação dos solos, aumento da concentração da renda e da terra, contaminação do meio ambiente e migração para as cidades.

2.2 CRIAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL – CAI

A instalação do Complexo Agroindustrial modificou substancialmente a forma de se fazer agricultura no Brasil, deixando de ser uma atividade isolada, fazendo parte agora de todo um complexo inter-relacionado, exigindo maior especialização, maior produtividade por área plantada, alterando as relações de trabalho dentro do setor, perdendo seu caráter autônomo e tornando seu processo produtivo dependente da indústria à montante⁶, produtora de máquinas e insumos e subordinação à indústria à jusante⁷, processadora de seus produtos, quanto às características do que produzir.

Com a instalação CAI, no final da década de 60, foi possível implantar o projeto de modernização da agricultura, tinha a função de produzir os insumos e maquinaria para o processo produtivo e também a função de beneficiar ou transformar esta produção. Vários autores consideram este período como início da industrialização na área rural, como citado abaixo por Delgado (1985).

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro – CAI, denominado por alguns autores de arrancada do processo de industrialização no campo. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação (DELGADO, 1985, p 34).

Entende-se por Complexo Agroindustrial “o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinaria agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito” (SORJ, 1986, p.29).

⁶Acima do processo produtivo, indústrias que produzem para a agricultura.

⁷Abaixo do processo produtivo, indústrias processadoras de produtos agrícolas.

Para Sorj (1986), o Complexo Agroindustrial passa a comandar os processos de produção na agricultura. Tornando o agricultor subordinado à indústria através da dependência destes insumos modernos. Os efeitos da penetração maciça de empresas agroindustriais estrangeiras neste período foram o de controle direto dos diferentes setores da produção com a transformação do conjunto do setor, que determinou os parâmetros tecnológicos, de escala de produção e tipo de produto. A indústria nacional ou se adéqua ou desaparece.

A agricultura mudou sua “matriz” (base) tecnológica apoiada e sujeita aos recursos do crédito rural e ao CAI. Como, neste período, a maioria dos insumos de produção era externa a propriedade e até mesmo ao país como o petróleo, determinados fertilizantes e defensivos, genética das sementes, etc., o custo de produção era alto. O agente financeiro no momento que estava financiando o custeio da lavoura estava na verdade financiando e apoiando toda a cadeia do complexo industrial que se formava e financiava principalmente o comércio exterior na forma de importação de insumos para movimentar o C.A. e na exportação de grãos. Como afirma Delgado (1985, p. 79), referindo-se ao financiamento rural:

O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas reais de juros negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial.

O setor rural assume um papel de mercado interno para o CAI, abrangendo inclusive a agricultura familiar, tradicional produtora de alimentos para o consumo interno. Para John Wilkinson (1986), a indústria de processamento reestrutura o setor agropecuário, tornando obsoleta a tradicional divisão entre produtos de mercado interno e externo. A dicotomia entre produção para o mercado interno versus produção para o mercado externo é rompida e produtos alimentares básicos são incluídos ao rol de insumos agroindustriais como, por exemplo, milho para ração animal, leite para iogurtes/queijos, produção de frango em massa para o mercado de congelados, etc. “O efeito da indústria processadora é a transformação progressiva de todos os produtos agrícolas em matéria-prima, inclusive a produção alimentar” (WILKINSON, 1986, p. 18).

Na instalação do Complexo Agroindustrial brasileiro o capital estrangeiro recebeu incentivos para investir, resultando na inserção de multinacionais no setor. Sorj (1986) menciona que o Brasil foi reconhecido no ano de 1975 como um dos grandes centros de expansão do capital estrangeiro na agroindústria pelo *Agrobusiness Council* (Conselho do

Agronegócio). A inserção do capital estrangeiro foi tão forte na instalação do CAI brasileiro, que não preocupou seus principais concorrentes internacionais. Com relação ao Complexo Agroindustrial da soja, Sorj (1986) afirma que o Brasil não representava ameaça aos concorrentes porque a produção era controlada por empresas transnacionais geralmente de origem estadunidense. O autor assegura que isto ficou muito evidente com a visita do secretário da agricultura norte-americano ao Brasil em 1975, em entrevista ao Jornal do Brasil, quando declarou que mesmo que a produção brasileira continue a crescer aceleradamente nos próximos anos, a ameaça à economia dos Estados Unidos será minimizada pela participação ativa das multinacionais norte-americanas na industrialização, comercialização e fixação de preços, nos lucros, enfim, da soja brasileira.

O Sistema Nacional de Crédito Rural, que foi o grande impulsionador da modernização da agricultura, subsidiava indiretamente a instalação do CAI, haja vista que o processo de modernização subordinou toda a agricultura a ele, através dos pacotes tecnológicos que passaram a ser utilizados pelos agricultores, tomadores do crédito rural. De acordo com Sorj (1986, p. 90):

O favorecimento do Estado à implantação da agroindústria foi multifacetado. O setor recebeu favorecimentos para sua implantação e uma série de outros incentivos dados através de programas especiais. Por outro lado, o apoio maior ao setor foi dado indiretamente através dos subsídios ao consumo de seus produtos, representado pelo crédito com juros negativos e subsídios diretos ao consumo de maquinaria e fertilizantes dados pelo Estado.

No início da instalação do Complexo Agroindustrial, o valor dos insumos e maquinaria produzida no Brasil era superior ao do mercado internacional. O agricultor adquiria estes insumos e maquinarias através do crédito rural que vigorava para produtos nacionais e acabava pagando estes custos, novamente subsidiando a indústria. Segundo Sorj (1986) havia medidas protecionistas que permitiam um mercado cativo para estes produtos do Complexo Agroindustrial.

Wilkinson (1986) comenta que o setor industrial subordinou a agricultura como um todo, e que o pequeno produtor também foi inserido neste processo:

Esta mudança fundamental pode ser descrita essencialmente em termos de uma crescente subordinação do setor agrícola à acumulação industrial, tanto através dos insumos adquiridos pelo agricultor, quanto pelo processamento final de sua produção. Como o eixo do lucro mudou da esfera da própria produção agrícola para os setores da produção de insumos e do processamento, houve uma descoberta

paralela da importância do pequeno produtor independente como fornecedor das matérias-primas e como mercado para os insumos agroindustriais (p. 39).

Sorj (1986) alega que a expansão da produção de soja permitiu um rápido processo de acumulação na indústria de insumos e máquinas e das empresas de comercialização. Os pequenos estabelecimentos agrícolas sofreram um permanente pauperização.

Segundo Sérgio Fajardo (2007), o encadeamento intersetorial estabelece um ritmo ao sistema econômico, que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência. Para adentrarem o processo de verticalização através da agroindústria, as cooperativas encontraram o capital necessário na rede bancária, por meio de crédito oficial a juros subsidiados e os recursos não faltaram.

Para Sorj (1986), as cooperativas funcionam como uma intermediária entre o Estado, a agroindústria e os produtores.

Racionalizam o uso do crédito, da infraestrutura e da comercialização da produção, produzem sementes selecionadas, repassam o crédito oficial, dão assistência técnica e concentram a comercialização de insumos e artigos de consumo, além de transformarem parte da produção (1986, p.54).

O CAI trouxe resultados positivos em termos de aumento de produtividade agrícola, tornando a agricultura nacional uma das mais competitivas do mundo. Mudou sua matriz econômica de produção e alterou as relações de trabalho. Entretanto, estas transformações trouxeram consigo uma maior concentração de renda e de posse de terra, desgaste ambiental e intensa migração rural urbana. Acarretou efeitos negativos sob o ponto de vista socioeconômico. Ela foi desigual no sentido de não privilegiar todos os tipos de agricultores existentes, marginalizando por vezes, alguns segmentos de pequenos produtores pela falta de acesso ao crédito, à assistência técnica, posse da terra, etc.

Para Mielitz Neto (2010), este estilo de modernização concentrou riquezas na medida em que possibilitou o aumento da produtividade e a exploração do trabalho alheio e, por outro lado a miséria, na medida em que impossibilita o acesso ao crédito e a tecnologias modernas para muitos outros agricultores, impedindo sua capacidade de concorrência.

Trabalho familiar e terra já não bastam para o pequeno produtor produzir. Wilkinson (1986, analisando o programa de modernização do governo brasileiro para o pequeno produtor tradicional do Nordeste - POLONORDESTE, caso da comunidade Irecê, concluiu que:

Entre o trabalho do agricultor e sua terra, interpõem-se meios de produção adquiridos, cujos preços são determinados pelo setor agroindustrial. Deste modo, os

diferentes capitais que compõem o setor agroindustrial combinam-se para impor, via mecanismos de preços, ritmos de produtividade que apenas tenderão, por sua vez, a uma crescente deterioração nos preços relativos. Além disto, embora em conjunturas favoráveis como colheitas recentes de Irecê, os preços dos produtos agrícolas possam subir mais que a inflação, tais preços têm tendido a crescer significativamente menos que dos insumos agrícolas.

De acordo com dados da CEPA – BA, os preços dos pesticidas e fertilizantes para o agricultor aumentavam 571% nos anos entre 1977 e 80 enquanto os preços médios pagos pelos três produtos que predominavam na região de Irecê subiam apenas 401% no mesmo período (p. 138).

O pequeno agricultor modernizado tem que produzir em função dos novos custos de produção determinados pelo setor agroindustrial, que por sua vez são agora a precondição para o acesso ao crédito oficial. Como o custo de produção é alto, o pequeno agricultor tenta compensar aumentando a área (produção em escala), mas esbarra no valor da terra.

No caso da pequena produção, houve o empobrecimento e exclusão de muitos pequenos produtores do campo. Wilkinson (1986) cita que os insumos modernos, necessários à condução da lavoura, subiam mais que o valor dos produtos produzidos pelo agricultor, tornando o custo de produção muito alto, além do que havia as dificuldades relativas às normas do Crédito Rural, que subestimava o valor da mão-de-obra nos projetos de custeio, sendo que esta mão-de-obra era na maioria familiar. Isto resultava em uma baixa remuneração para mão de obra familiar. Frente a essa situação, as perspectivas são negativas para o pequeno produtor e ele procura diferentes meios para sobreviver a ela. Um dele seria o êxodo rural que atingiria principalmente os jovens. Para Wilkinson (1986, p. 194), “o êxodo rural intenso do jovem adulto, reflete uma forma de resistência passiva à apropriação de seu trabalho não remunerado”

Para a agricultura familiar a agroindústria tendeu a dissolver a família como unidade de produção⁸. O tamanho mínimo da terra teve que ser constantemente redefinido por imposição sucessiva de novas economias de escala não necessariamente compatíveis com a unidade de trabalho familiar. Para Wilkinson (1986, p. 210), “em vez de a exploração assumir a forma de uma relação de troca, temos um processo de consumo forçado de produtos agroindustriais que toma a forma de uma crescente subordinação do processo de trabalho agrícola ao capital”.

O pacote tecnológico era completo, devido às exigências das novas variedades de cultivares introduzida pela modernização. Iniciava-se já prevendo que o preparo do solo fosse

⁸A unidade de produção seria responsável pela totalidade ou pela maioria dos bens materiais consumidos pelo grupo doméstico, como se a inscrição em relações mercantis regulares ou não existisse ou fosse irrelevante. GARCIA JR. Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. www.mpabrazil.org.br/download/file/fid/6824

mecanizado, pois as novas sementes exigiam condições especiais para germinar, e os implementos de aplicação de agrotóxicos precisavam de um terreno regular para operarem, além do que as máquinas colheitadeiras também precisavam destas condições do terreno. O uso de adubos químicos era fundamental, pois estas novas plantas por serem mais produtivas que as outras, necessitavam de pronta disponibilidade de nutriente. Os agrotóxicos, ou “defensivos agrícolas”, eram adquiridos já no momento do plantio, pois já era sabido da dependência destas novas plantas a eles, devido a sua alta suscetibilidade á pragas e doenças. Em algumas situações, devido á condições climáticas algumas pragas e doenças previstas não apareciam, mas, em muitas lavouras eles foram utilizados mesmo sem necessidade. No caso dos fertilizantes, na maioria dos casos não se procedia a uma análise do solo, tendo em vista apenas as necessidades das culturas, tendo uma recomendação geral para todos os tipos de solo, independente de já terem aquele nutriente de forma natural ou não.

Para Wilkinson (1986), quando analisa o programa Polonordeste, a relação direta do agricultor com sua terra foram rompidas, como se pode perceber pela seguinte afirmação:

A forma de acesso do produtor à sua terra está determinada agora pelas condições impostas pelo crédito oficial e pela assistência técnica, principais mediadores do capital agroindustrial no Nordeste brasileiro. Assim, o controle efetivo da terra depende mais da eficácia dos insumos agroindustriais que dos direitos legais do proprietário direto (WILKINSON, 1986, p. 208).

O papel da extensão rural neste contexto foi o de promover uma estratégia de modernização baseada, simultaneamente, na consolidação da pequena produção mercantil de unidades agrícolas e na subordinação de tal produção aos capitais industrial e financeiro através de mecanismos do crédito orientado, assistência técnica, preços mínimos, seguro de crédito, cooperativismo, etc.

Os problemas de atraso na agricultura foram resolvidos com o aumento da produção e produtividade. Embora a modernização conservadora, tenha resolvido os problemas agrícolas, agravou as questões sociais. A distribuição de riquezas permanece desigual. Atrelou a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, excluindo grande parte dos pequenos agricultores que não conseguiram acompanhar estas transformações.

Esta estratégia de modernização da agricultura não destruiu os elementos tradicionais, provenientes da antiga sociedade pré-industrial, no qual os proprietários rurais permaneceram no centro do poder político e sem ter alterada a estrutura agrária. Para Mielitz Neto (2010, apud Silva, 1982), na perspectiva da burguesia brasileira em relação ao desenvolvimento

capitalista no campo, não existia sentido em se promover uma reforma agrária, pois o desenvolvimento das forças produtivas na área rural ocorreu independentemente, sem a reforma agrária, através da modernização conservadora.

“No início da década de 1970, no contexto do milagre econômico, a agricultura já apresentava os resultados do investimento anterior em produção e abastecimento” (MIELITZ NETO, 2010, p. 52). Neste contexto a agricultura ganha posição de destaque pelas metas atingidas quanto ao aumento da produtividade de produtos alimentícios, uso de insumos modernos, ampliação e fortalecimento do crédito agrícola.

Como resultado da consolidação do CAI temos, entre outras características, segundo Mielitz (2010 apud José Graziano da Silva, 1982): uma interação entre capitais, com atrelamento do setor agrário ao capital financeiro na mesma medida que está atrelada ao setor industrial e bancário; a diminuição da importância da pequena produção na economia, seja como força de trabalho, seja como produtora de alimentos; e diminuição da sazonalidade do trabalho temporário com as mudanças na base tecnológica usada.

No final da década já se encontrava consolidado a implantação do CAI brasileiro, estando a agricultura integrada e subordinada a ele e ao crédito rural subsidiado, como exposto neste capítulo. Esta subordinação ao CAI e esta excessiva dependência ao crédito rural subsidiado aprofundaria a crise do período seguinte, que será tratado no capítulo 3.

2.2.1 O CAI no Estado do Paraná

O desenvolvimento do complexo agroindustrial paranaense, a partir dos anos 70, acompanha o crescimento da cultura da soja e tem o seu desempenho fortemente influenciado pelo comportamento dessa cultura. A produção de grãos possibilitou a consolidação da agroindústria paranaense, com o surgimento dos complexos agroindustriais e dos principais centros produtores, “entre eles Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Campo Mourão e Cascavel” (SEPULCRI, 2005, p. 46).

No estado do Paraná, onde predominava a pequena propriedade rural, a produção de soja e trigo era conduzida por pequenos e médios proprietários, altamente mecanizadas, utilizando-se de pouco trabalho assalariado e com a produção sendo beneficiada e comercializada por empresas privadas e por cooperativas.

Sorj (1986) lembra que ainda são as grandes empresas multinacionais que têm o controle dos aspectos mais importantes da comercialização e do processamento e que as

possibilidades de expansão internacional das cooperativas eram limitadas pelo controle que as multinacionais possuem no mercado mundial.

No final da década de 70, também no estado estava consolidada a implantação do CAI, sendo que as cooperativas agropecuárias tinham se integrado ao processo, lembrando que a maioria das cooperativas instaladas no estado do Paraná se industrializaram como processadoras da produção agropecuária (jusante do processo produtivo), e que as indústrias de insumos e maquinaria continuaram em sua maioria sob o controle de grandes empresas transnacionais (montante do processo produtivo).

3 EXTENSÃO RURAL

O presente capítulo trata da origem e do significado da extensão rural, do surgimento da extensão rural no Brasil e no estado do Paraná e de sua trajetória institucional. Nesta trajetória tenta-se resgatar a história da extensão rural pública federal e da estadual

3.1 ORIGEM E SIGNIFICADO DA EXTENSÃO RURAL

O termo “extensão” foi traduzido para vários idiomas, em cujos países seus objetivos se diferenciam, assim como os meios para atingi-los. A palavra "extensão originou-se nos Estados Unidos, em 1914, aonde os extensionistas vêm trabalhando como professores fora das universidades, estando, ao mesmo tempo, a serviço do Departamento Federal de Agricultura” (FONSECA, 1985).

Para Almeida (1989), o termo Extensão Rural é difícil de ser definido por causa da multiplicidade dos objetivos e das diversas formas existentes para atingi-los, podendo ter significados distintos para diferentes pessoas. Almeida (1989) comenta a definição de Swansone e Clear que é a mais comumente utilizada pelos extensionistas:

Existem várias definições de extensão rural utilizada nos diversos países que a adotaram. Entre as principais, pode-se considerar a relação a partir de dois componentes – comunicacional e educacional. A dimensão comunicacional é tida como um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes para seu aprendizado, de acordo com o seu campo de interesse. A dimensão educacional visa a ajudar o produtor rural a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações. Dessa forma, a extensão rural se confunde com a educação não formal, tendo por objetivo final melhorar o nível de vida de seu público-alvo (SWANSONE e CLEAR, apud ALMEIDA, 1989, p.9).

Outro conceito para extensão rural foi utilizado na Mesa Redonda de Dirigentes de Extensão Rural realizada em Tegucigalpa, Honduras em julho de 1984. Nesta definição permanecem os componentes educação e comunicação, incluindo a metodologia participativa, sintetizando o pensamento à época.

A Extensão rural é um processo de educação e capacitação de caráter permanente, que se caracteriza pela relação e comunicação recíproca e constante dos técnicos com os produtores, suas famílias e suas organizações. O propósito deste processo é alcançar, por meios participativos, a análise da problemática agropecuária, tanto das propriedades em particular como das comunidades, zonas e regiões agrícolas onde os agricultores se desenvolvem; a definição e a caracterização dos problemas mais prementes; a seleção das melhores soluções para esses problemas, com ênfase na

utilização dos recursos disponíveis no próprio meio; a realização de programas de capacitação que surjam dessa análise e a avaliação permanente do processo (EMBRATER, 1987, contra capa).

O engenheiro agrônomo, Sepulcri (2005) servidor da Emater-Pr, em sua dissertação de mestrado sobre as Estratégias e Trajetórias Institucionais da Emater-Pr, afirma que a extensão rural orientou-se no modelo Difusionista Inovador, de origem inglesa, e na teoria dos Sistemas Sociais de *TalcottParsons*. Estes princípios difusionistas⁹ também são defendidos por Rogers, que admite a perspectiva de mudança da estrutura social pela difusão e adoção de novas técnicas. É um modelo totalmente tecnicista, tendo suas bases assentadas na teoria da modernização. Rogers acrescenta a essa teoria o conceito de capacidade de inovar:

Um processo mental por onde passa o indivíduo desde a primeira notícia de inovação até decidir a adotá-la ou rejeitá-la, e confirmar depois sua resolução. Temos conceituado quatro funções dentro do processo: 1) conhecer; 2) persuadir; 3) decidir; 4) confirmar. A adoção consiste em decidir usar plenamente a ideia nova, como a melhor opção para atuar (ROGERS, 1994, apud FONSECA, 1985, p.44).

O educador Freire (1979) contribuiu muito para a discussão sobre a extensão, ele inicia seu livro *Extensão ou comunicação?* com uma análise do termo “extensão”, partindo de pontos de vista conforme o seu contexto, em uma análise semântica, com o sentido linguístico da palavra. Demonstra como seu significado engloba ações que transformam o agricultor em objeto e não como coadjuvante da ação educativa de caráter libertador. Freire destaca o papel do extensionista como educador, o qual deve colocar-se no mesmo nível do aprendiz, na produção do conhecimento, e de ações geradoras de autonomia, que é proporcionada pelo diálogo. Esta postura pedagógica do educador promove o confronto entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, na construção de um novo conhecimento.

A extensão rural implantada no Brasil poderia ser considerada, segundo Freire (1979), um processo de “invasão cultural”, manipulação, mecanicismo, transmissão, que envolve ações no sentido de transformar o homem em “objeto”, negando-lhe o papel de um ser de transformação do mundo, além de negar a formação, o conhecimento autêntico, a ação e reflexão verdadeira.

Figueiredo, no ano de 1984, em seu discurso na abertura do Seminário Estadual Paranaense que definiu a missão da Acarpa/Emater-Pr, cita que a extensão rural brasileira

⁹Difusionista - Esta teoria trata do desenvolvimento de tecnologias e culturas, sustenta que certas inovações provêm de uma cultura específica, para depois serem difundidas das mais diversas formas deste ponto inicial. Visa negar o desenvolvimento interno de uma cultura, cria ideologia através da qual se analisa a partir dos padrões e valores das dominadoras.

entrou no país com a mesma filosofia da extensão rural Norte Americana, que visava, sobretudo, incluir o agricultor no circuito monetário, o objetivo era monetarizar. “Era dar dinheiro, crédito para que ele pudesse investir, fazer dinheiro, enfim, para entrar na dinâmica perspectiva e na lógica capitalista que é a produção pelo lucro” (EMATER, 1984, p.65).

Rodrigues (1997) ressalta e define a importância da política de extensão rural:

Por política de extensão rural entende-se uma das modalidades de política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, visando a atingir os objetivos cuja ênfase tem variado historicamente, mas sempre está voltada para aspectos econômicos e ao aumento da produção e produtividade agropecuárias e para o bem estar social das famílias e comunidades rurais, expresso, este último, em metas associadas à melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural (RODRIGUES, 1997, p. 120).

A extensão rural no Brasil foi o principal mecanismo adotado pelo Estado para intervir na agricultura. Fato que ocorreu desde seu surgimento, após a segunda guerra mundial e contou no seu início com a ajuda financeira dos Estados Unidos da América, estabelecendo-se com os mesmos princípios estadunidenses que eram comandados pelo desenvolvimento capitalista. Tinham como objetivo superar o atraso na agricultura brasileira através do repasse de conhecimentos aos agricultores. No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos da América a relação de trabalho da extensão rural ocorreu com os Ministérios de Agricultura e não com as Universidades.

3.2 O SISTEMA DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

3.2.1 Antecedentes Históricos

Embora se tenha registro de trabalhos isolados em extensão rural no Brasil desde a época do império, com os Institutos Imperiais de Agricultura, criados em 1859 e 1860, foi no final da década de 40, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra que se implantou este serviço no país.

Em dezembro de 1948 é fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), que desenvolveu trabalhos de assistência técnica às comunidades rurais no interior do estado. Para Branderburg, (1981) o convênio que deu início a sua implementação foi resultado da conciliação entre os interesses da burguesia agrário-industrial

e o capital internacional, proporcionando à fundação Rockefeller desenvolver importante missão de intercâmbio agrícola com o Brasil.

O êxito da ACAR-MG repercutiu nacionalmente influenciando a criação de experiências semelhantes em outros Estados, resultando que em dezembro de 1950, os governos, brasileiro e americano, assinaram um Acordo Geral de Cooperação Técnica que previa intercâmbio de métodos, conhecimentos técnicos em várias áreas, dentre elas a agropecuária (EMATER, 2006).

Em 1953, os governos, brasileiro e norte americano, assinam um convênio criando o primeiro Escritório Técnico de Agricultura - ETA, na cidade do Rio de Janeiro, este tinha a missão de desenvolver projetos em educação e pesquisas agrícolas, conservação dos recursos naturais, fomento à produção e extensão rural (EMATER, 2006). Posteriormente, estes convênios foram assinados com outros estados da federação, inclusive com o estado do Paraná.

Com a implantação da extensão rural em vários estados, houve a necessidade de um órgão central que coordenasse o trabalho a nível nacional. Criou-se em 1956 a ABCAR - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, constituindo-se, então, um sistema nacional articulado com associações de crédito e assistência rural nos estados. Para Biasi e Henderikx (1993), a centralização foi tão intensa que permitiu a elaboração em 1960 do Primeiro Plano Diretor Quinquenal¹⁰ (1961-1965) do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, a partir do qual a ABCAR ficou encarregada de hierarquizar as atividades básicas. Sepulcri (2005) complementa afirmando que a participação de todas as filiadas, serviu de marco para a consolidação do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), mais tarde Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater).

O governo federal disciplinou a assistência financeira à ABCAR em 1961, a qual, juntamente com suas filiadas estaduais, foi reconhecida como cooperadora do governo federal. Após o Plano Diretor Quinquenal ter sido aprovado, a União passou a contribuir com 60% do orçamento para os anos 1961/1962, ficando, assim, garantida a sua manutenção. A ABCAR coordenou o Sibrater até a criação da Embrater (OLINGER, 1996).

No início da década de 70 a ABCAR vivia uma crise em função da falta de repasse de recursos, assim, os estados não recebiam suas verbas federais. A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - tinha sido fundada, criando o Sistema Nacional de

¹⁰ O plano estabelecia como objetivos prioritários a melhoria dos níveis econômicos-sociais da população rural, através do incremento da produtividade agrícola; uso racional das poupanças e do crédito; melhorias das condições de vida da família; organização e desenvolvimento das comunidades e da juventude rural (EMATER, 1978)

Pesquisa Agropecuária, garantindo recursos federais para a pesquisa. Com a mesma finalidade de assegurar recursos financeiros para o sistema de extensão rural, liderado por Minas Gerais, iniciou-se um movimento visando a criação de um órgão semelhante para a extensão rural. Quando da extinção da ABCAR foi criada a Embrater para sucedê-la, o que foi facilitado também por interesse do governo militar da época, haja vista que fazia parte de sua estratégia política a modernização da agricultura (SEPULCRI, 2005).

Com a criação da EMBRATER em 1974, foi estatizado o serviço de extensão e o governo federal assumiu a responsabilidade pela sua continuidade, como afirmado no documento do DATER/SAF/MDA:

Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater, coordenado pela Embrater e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, os Emater. Como parte dos programas de Ater daquela época, durante mais de uma década a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários dos Emater, alcançando até 80%, em alguns estados (DATER/SAF/MDA, 2004 p.4).

Vale a pena ressaltar neste contexto, a forte presença do Estado na economia brasileira, controlando todas as etapas da atividade produtiva: planejamento, produção, fiscalização, determinação de preços, estocagem, circulação e comercialização dos produtos, exportação, etc., inscrevendo-se como agente ativo de todo o conjunto de realizações da economia. Sendo que suas deliberações tendem a favorecer os setores com mais poder, que dão suporte ao regime. Os recursos de tais setores amiúde são básicos para que o regime continue no poder (GONÇALVES NETO, 1997).

A ABCAR refletia a cópia do modelo americano de extensão rural, enquanto a Embrater atuava junto ao público de forma estratificada por categoria de produtores, dando mais ênfase àqueles que respondiam mais facilmente aos pacotes tecnológicos difundidos à época, mantendo uma estreita integração com a pesquisa, através da Embrapa. Isto evidenciava que existiam diferenças significativas em suas atuações¹¹ (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Para melhor entender e visualizar cronologicamente a história da extensão rural no Brasil elaborou-se o quadro abaixo com um breve resumo da história da extensão rural no Brasil, desde os primeiros registros até a publicação do primeiro Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - 1º PRONATER (2005).

¹¹O período entre a criação da Embrater e sua extinção será retomado no capítulo 3, quando será tratado especificamente da década de 80.

BREVE RESUMO DA HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL¹²

PERÍODO	REFERENCIAL
1859 e 1860	Foram criados 4 institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações.
28 /07/1860	Decreto nº 1.067, criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por decisão da Assembléia Legislativa.
3 /11/ 1860	Decreto nº 2.681, aprovou os Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Os estatutos previam a atuação de Comissões Municipais de Agricultura, com a responsabilidade de realizar levantamentos estatísticos rurais e estudar as necessidades da lavoura nos respectivos municípios.
1874	O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) foi implantado em sede definitiva com laboratórios e campos experimentais, na localidade de São Bento das Lages e foi a primeira instituição, <i>stricto sensu</i> , de pesquisa e ensino superior agropecuário no Brasil.
29/12/1906	Decreto nº 1.606, editado no Governo de Affonso Penna, que recriou o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que havia sido extinto na segunda metade do séc. XIX. Seu art. 2º, item 1º, k, estabelecia que o Ministério teria sob seu cargo o estudo e despacho de assuntos relativos à agricultura e “indústria animal”, com atribuições, entre outras, relativas à comunicação de informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior.

¹²Quadro montado pela autora, a partir de informações coletadas em: SEPULCRI, Odílio. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR)** Curitiba, UFPR, Dissertação de mestrado, 2005.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural No Brasil – Uma Abordagem Histórica Da Legislação**. Textos para discussão 48. Brasília, outubro/2008. Disponível em:
http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm

20/10/1910	O Decreto n.º 8.319 criou e regulamentou o Ensino Agrônômico, nos níveis básico, médio e superior. Diversos capítulos deste Decreto tratam detalhadamente de atribuições relacionadas à assistência técnica e extensão rural a produtores rurais. O Capítulo XL, por exemplo, trata de Cursos Ambulantes de Agricultura, que tinham por finalidade a <i>instrução</i> profissional dos agricultores que, por <i>circunstâncias especiais</i> estão privados de recorrer aos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agrícola (art. 359). O Capítulo XLII tratava das Consultas Agrícolas e obrigava os institutos de ensino agrícola a <i>atender</i> às consultas que lhes forem dirigidas, por intermédio dos respectivos <i>diretores</i>, pelos agricultores criadores ou <i>profissionais</i> de indústria rural (art. 379.). O Capítulo XLIII tratou das Conferências Agrícolas, que podiam ser realizadas pelos inspetores agrícolas e seus ajudantes, pelo pessoal dos cursos ambulantes, sendo invariavelmente seguidas de demonstrações práticas. O Capítulo XLVII tratava detalhadamente da criação de Campos de Demonstração, que tinham por fim divulgar os conhecimentos práticos, adquiridos em experimentações anteriores, tendo em vista o <i>aumento</i> de <i>produção</i> agrícola (art. 410). O Capítulo XLVIII tratava da criação de Fazendas Experimentais, que se destinavam ao ensino prático da agricultura, em seus diferentes ramos, por meio de demonstrações e culturas <i>sistemática</i> das plantas úteis, principalmente das que forem <i>comuns</i> à região em que se acharem estabelecidas e com auxílio de práticas referentes à <i>zootecnia</i> e às <i>indústrias rurais</i> (art. 428).
1914	A palavra "extensão" tem origem nos Estados Unidos, onde, desde 1914, os extensionistas vêm trabalhando como professores fora das universidades, estando, ao mesmo tempo, a serviço do Departamento Federal de Agricultura. O termo foi traduzido para vários idiomas, em cujos países seus objetivos se diferenciam, assim como os meios para atingi-los (FONSECA, 1985). A denominação "Extensão Agrícola" surgiu nos Estados Unidos, no final do século XIX, onde os programas de extensão agrícola eram lançados em diversas partes do país em resposta às demandas locais (ALMEIDA, 1989).
1930	A assistência técnica foi levada ao agricultor pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, Viçosa.
Década de 40	Semanas ruralistas eram realizadas, de cooperação entre o Ministério da Agricultura e as secretarias de agricultura dos estados. Durante tais eventos, técnicos se deslocavam para municípios do interior e ministravam palestras. Foram criados, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, mais de 200 Postos Agropecuários, com a finalidade de constituírem-se como pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias.
09/04/1945	Decreto do Presidente Vargas, com uma tentativa de tutela pelo Estado do processo de organização dos produtores rurais, ao obrigar cada município a possuir uma associação rural, composta de proprietários de estabelecimentos rurais.

1948	Iniciou-se em Minas Gerais a organização do sistema de extensão rural, através de convênio firmado entre o Governo de Minas Gerais e a <i>American International Association</i> (AIA); Cria-se a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). A AIA, além da contribuição financeira para funcionamento da ACAR-MG, cedeu os primeiros extensionistas, americanos, com experiência em seu país de origem, para contribuir para a organização da ACAR-MG, dentro do modelo da <i>Farm Home Administration</i> e do <i>Extension Service</i> (OLINGER, 1996). Observação: A extensão rural nos EUA era feita pelas universidades. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, Viçosa, transformou-se em Universidade Rural, a qual, posteriormente, criou o Departamento de Extensão, sinalizando um esforço na direção de difundir aos produtores novas tecnologias. São Paulo, no município de Santa Rita do Passa Quatro, nova experiência extensionista, junto a fazendas de café que eram subdivididas em minifúndios e os cafezais substituídos por gado leiteiro (BRASIL. EMBRATER - Extensão Rural ano 30, 1948/1978. Brasília, 1978 - Relatório, 6. Apud FONSECA, p.59).
1949	Criação das Missões Rurais de Educação, iniciativa patrocinada pelo então Ministério da Educação e Saúde, sob a orientação da Igreja Católica e do Serviço Social. Eram pautadas nas experiências das Missões do México, baseavam-se na filosofia do desenvolvimento de comunidades (DC) por processos educativos e assistenciais e eram compostas por equipes multidisciplinares, constituídas de agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais. Em Itaperuna – RJ e, particularmente bem sucedida, acabou servindo de modelo para a criação, em 1952, da Campanha Nacional de Educação Rural -CNER, extinta em 1963.
27/09/1951	Fundada a Confederação Rural Brasileira, organizando as associações em federações estaduais e estas na confederação. Obrigava as associações, entre outras coisas, a manter serviços de assistência técnica, econômica e social, em benefício dos sócios.
1954	Juscelino Kubitschek assinou um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura (ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada Acar no respectivo estado. Os políticos e lideranças regionais nordestinas criaram a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), com abrangência regional, envolvendo os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, com sede em Recife. Os membros fundadores foram o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e a AIA. Observação: Ancar descentralizada para os seus respectivos estados-membros em 1955 e foi extinta em 1966.
23/09/1955	Governo Federal promulgou a Lei nº 2.613, que autorizou a União a criar, no âmbito do Ministério da Agricultura, a exemplo do já existente Serviço Social da Indústria (SESI), uma fundação denominada Serviço Social Rural (SSR). Apesar do nome, o SSR era uma entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

1956	Até este ano a extensão rural era coordenada pela ETA, com o qual as ACARs mantinham convênio com prazo definido.
21/06/1956	Criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). A ABCAR teve como principais patrocinadores as organizações de cooperação técnica, ligadas diretamente ao governo americano, e, como tal, tornou-se instrumento de expansão da economia de mercado, da filosofia da "revolução verde" e da expansão do capitalismo no campo.
30/08/1958	“Estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais”, a maior parte delas concentrando-se em Minas Gerais (221), São Paulo (173), Ceará (105) e Rio Grande do Sul (100). A institucionalização das associações representou uma proposta articulada contra a sindicalização dos trabalhadores no campo. O Partido Comunista promoveu também a criação de algumas associações de trabalhadores rurais, conhecidas como ligas, as quais defendiam a reforma agrária e a sindicalização, mas poucas delas conseguiram subsistir após a colocação do Partido na ilegalidade.
Décadas de 50 e 60	A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no país se deram ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).
Década de 60	Associações de Crédito e Assistência Rural, autônomas, à semelhança da ACAR-MG em todos estados brasileiros.
1961 a 1965	Plano Diretor Quinquenal de Extensão Rural, com a participação de todas as filiadas, servindo de marco para a consolidação do Siber (Sistema Brasileiro de Extensão Rural), mais tarde Sibrater. (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural).
19/05/1961	O governo federal disciplinou a assistência financeira à ABCAR, contribuindo com 60% do orçamento para os anos 1961/1962, Observação: A ABCAR coordenou o Sibrater até a criação da Embrater.
1968	O governo de São Paulo criou a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Observação: São Paulo foi o único estado que não aderiu ao Sibrater, quer com a ABCAR, quer com a Embrater.
Início da década de 70	Fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criando o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária e garantia recursos federais para a pesquisa.
06/11/1974	Criação da EMBRATER. Em consequência das dificuldades de coordenação pelo Incra, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a ser estatizado, através da Lei nº 6.126, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A Lei nº 6.126, de 1974, estabelecia ainda os objetivos, as fontes de recursos da Embrater e promovia a sua integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), autorizando-as a dar apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em Ater e pesquisa agropecuária.

1974	O parágrafo único do art. 5o da Lei no 6.126/74, promovia a estatização das Ater ao estabelecer que “o apoio financeiro da EMBRATER dependerá, em cada caso, da absorção, pela Empresa estadual pertinente, do acervo físico, técnico e administrativo e dos encargos trabalhistas do órgão integrante do Sistema Brasileiro de Extensão Rural da respectiva Unidade da Federação, salvo deliberação em contrário da Associação de Crédito e Assistência Rural interessada.”
1975	O Sistema Abcar (ou Siber) transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O novo nome do Sistema, que incorporou o termo ‘Assistência Técnica’, foi empregado pela primeira vez somente no art. 7º dos Estatutos da Embrater, fixados pelo Decreto no 75.373/75, nele próprio tendo sido usado, no art. 6º, ainda a denominação anterior. O Sibrater passou a agregar também organizações não estatais de Ater.
Final da década de 70	Em decorrência das críticas à falta de sustentabilidade ambiental e socioeconômica do padrão tecnológico do modelo modernizador, somadas ao recrudescimento do movimento ambientalista, começou a ressurgir o movimento da agricultura alternativa. Este movimento sofreu grande resistência de diversos setores (do Estado e dos meios acadêmico e empresarial), só vindo a tomar força a partir do primeiro e segundo Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizados em 1981, em Curitiba-PR e em 1984, em Petrópolis-RJ.
Década de 80	Na década de 80, a Embrater optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular, dentro do Sibrater, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância.
1986	A democratização do país propiciou o surgimento do movimento social extensionista, com a criação, em 28 de novembro de 1986, da Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (FASER).
1988	A Constituição Federal de 1988 fixou no art. 187, IV que a “política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente [...] IV) a assistência técnica e extensão rural.”
1989	Não obstante a Constituição Federal determinasse que as políticas agrícolas contemplassem especialmente os serviços de Ater, em 1989 o Governo Sarney extinguiu a Embrater, juntamente com outras estatais, através do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, uma das ações do que ficou conhecido como Operação Desmonte. Todavia, o setor extensionista reagiu politicamente, apoiado pelos produtores rurais, realizando uma grande marcha a Brasília. Em resposta, o Congresso aprovou o Decreto Legislativo nº 3, de 05 de abril de 1989, que sustou a dissolução da Embrater, da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte (GEIPOT).

1990	Extinção da EMBRATER.O presidente Collor extinguiu a Embrater, desativando o Sibrater. A partir desse momento, a coordenação do sistema passou à Secretaria de Extensão Rural (SER), ligada à Embrapa. No governo anterior, o governo Sarney, por divergência de filosofia de trabalho, e preocupado com os movimentos de esquerda e com os rumos tomados pela extensão rural em apoio a esses movimentos, encaminhou ao Congresso proposta de extinção da Embrater. Na oportunidade, houve ampla mobilização política de todos os estados brasileiros, envolvendo seus representantes junto ao governo federal, tendo como consequência a não aprovação de tal proposta.
21/03/1990.	A resposta das instituições estaduais de Ater, então, foi a criação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). Todavia, a Asbraer só viria a desempenhar um papel mais relevante da articulação dos serviços de Ater anos mais tarde. Nos anos subsequentes à extinção da Embrater, houve desorganização de todo o sistema oficial de Ater, provocando nos estados extinções, fusões, mudanças de regime jurídico, sucateamentos e, principalmente, a perda de organicidade e de articulação entre as diversas instituições executoras do serviço.
17/10/1990	Decreto nº 99.616, de 17 de outubro de 1990, em seu art. 1º transferiu as atribuições e o acervo técnico-patrimonial da Embrater, em liquidação, para: I - Coordenação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária, para a Secretaria Nacional da Reforma Agrária - SNRA, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária- MARA; II - Coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Observação: a Embrapa não conseguiu exercer o mesmo papel coordenador, desempenhado pela extinta Embrater.

17/01/1991	Lei nº 8.171, que dispõe sobre a Política Agrícola. Conhecida como Lei Agrícola. No Capítulo V, que trata especificamente da Ater, foi estabelecido: Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente. Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando: I - difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural; II - estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais; III - identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais; IV - disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria. Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.
19/11/1992	Transformação do MARA (art. 20) em Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) e mais uma vez manteve, entre os assuntos de sua competência, a assistência técnica e extensão rural (art. 16, V, o).
23/09/1993	Transferência da coordenação do Sibrater para a SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural do Maara, antes atribuída à Embrapa (1990).
Outubro de 1994	Modificação da estrutura da SDR e criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). A coordenação do Sibrater passou para o Ministério da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural/Dater, com o Ministério da Agricultura assumindo a coordenação do Sibrater. Em face da política neoliberal adotada pelo governo Collor, a participação financeira do governo federal na extensão rural dos estados, caiu drasticamente Diante da falta de apoio financeiro federal aos serviços do ATER e da ausência de uma política pública nacional para o setor, cujas proporções tornaram-se mais sérias nos estados e municípios mais pobres, alguns estados da federação reestruturaram os serviços, dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. Paraná - o Estado assumiu os custos da Emater-PR.
28/06/1996	Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que fornecia, inicialmente, crédito de investimento e custeio a agricultores. Ao mesmo tempo em que se consolidava o Pronaf, os movimentos sociais passaram a exigir com mais veemência um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade.

1997	Em decorrência da dificuldade de as entidades estaduais de Ater assistirem aos assentados da reforma agrária, o Incra lançou o Projeto Lumiar, uma inovadora experiência de terceirização da assistência técnica em assentamentos rurais.
04 a 08/08/1997	Realização do Seminário Nacional sobre Ater.
24 a 28/10/1997	Workshop, promovido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Faser, Contag e Asbraer. Deste evento surgiu a proposta de consolidação de um modelo institucional de Ater pública estatal e não estatal, descentralizado, pluralista, autônomo e gratuito. Como princípios, a proposta defendia ainda o desenvolvimento sustentável, exclusiva para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação articulada dos agentes (PNUD, 1997).
06/10/1999	Foi instituído o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), integrante do então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária.
13/01/2000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir da regulamentação da estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atribuições legais de implantação de ações de Ater passaram a ser legalmente de competência de ambos os ministérios, MAA e MDA.
14/01/2000	À Secretaria de Reforma Agrária compete apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização dos assentados da reforma agrária. À Secretaria da Agricultura Familiar compete apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização voltados a agricultores familiares.
14/06/2000	Transformou o CNDR em Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).
28/06/2000	Extinguiu a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural) e determinou que à sua substituta, a Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), competia coordenar o Sibrater (art. 11, V, b). Ainda segundo esse mesmo Decreto, foi criado, dentro da Sarc, o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER), a quem competia, entre outras atribuições, promover e acompanhar a operacionalização do SIBRATER (inciso VI). O Dier, portanto, substituiu o Dater, a partir desse Decreto.
30/10/2001	A Asbraer passou a ter assento no Conselho (CNDRS), que teve o número de representantes ampliado de 10 para 15. Asbraer - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural organização não governamental, com a participação de todas as EMATERs estaduais, com o objetivo de coordenar o sistema e promover a articulação junto ao governo federal.
28/11/2001	CNDRS aprovou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, no âmbito do MDA.
A partir de 2003	Houve a recomposição do serviço de extensão rural público pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

13/06/2003	Transferência da competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, relativa à assistência técnica e extensão rural para o MDA. A partir daí ficou evidente a política governamental de concentrar a regulação e o fomento das ações de Ater no MDA. O governo criou o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com a coordenação do MDA foi elaborada uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), consolidando uma proposta de desenvolvimento sustentável centrado na agricultura familiar. Em relação à forma de atuação, as políticas de extensão rural passaram a ser executadas por instituições do governo, ou por outras instituições, abrindo espaço para as ONGs e para as parcerias com empresas privadas e o controle social desse serviço pelos beneficiários.
08/10/2003	Dispôs mais uma vez sobre o Conselho, manteve-lhe o nome, mas alterou a sigla para CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em referência à agricultura familiar.
2004	O Incra criou o programa chamado Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), em moldes semelhantes aos do Projeto Lumiar.
05/04/2004	O Dater reapareceu na estrutura governamental pelo Decreto nº 5.033, que aprovou a Estrutura Regimental do MDA, e colocou o Dater na estrutura da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). O Dater (2004) tem as seguintes atribuições regimentais: - I - contribuir para a formulação da política agrícola, no que se refere à assistência técnica e extensão rural; - II - formular, coordenar e implementar as políticas de assistência técnica e extensão rural, capacitação e profissionalização de agricultores familiares; - III - supervisionar a execução e promover a avaliação de programas e ações no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural; - IV - fomentar a inovação tecnológica na agricultura familiar; - V - implementar ações, elaborar, promover e avaliar a execução de programas e projetos de fomento específicos no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural; - VI - promover a integração entre os processos de geração e transferência de tecnologias adequadas à preservação e recuperação dos recursos naturais; - VII - coordenar o serviço de assistência técnica e extensão rural; - VIII - promover a compatibilidade das programações de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural.
2004	Nas ações da PNATER destaca-se, também, como diretrizes, a segurança alimentar, o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica a necessidade de incluir enfoque de gênero, geração, raça e etnias nas orientações dos projetos (PNATER, 2004). Outro aspecto relevante, com relação aos princípios e diretrizes dessa política, é a mudança do eixo do desenvolvimento, propondo uma ruptura com o modelo extensionista baseado na Teoria de Difusão de Informações e com os tradicionais pacotes da "Revolução Verde", surgindo a agroecologia como alternativa.

01/03/2005	Publicada a primeira versão do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), através do Dater/MDA. Entre as inovações da Pnater está a definição de que a nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais. A Pnater também estabelece ou reitera, no seu âmbito, as atribuições do Dater, do Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural do Condraf, do Fórum Nacional de Gestão da Ater Pública, e dos conselhos ou câmaras técnicas de Ater dos estados e municípios, que porventura vierem a ser criados. No que se refere ao financiamento das ações de Ater, a Política Nacional estabelece que : O MDA deverá incluir no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento Geral da União - OGU o volume de recursos necessários para viabilizar as ações de Ater requeridas pela Agricultura Familiar (...) Caberá ao Dater/SAF/MDA identificar, captar e alocar recursos de outras fontes, buscando viabilizar convênios com outros ministérios e outras entidades governamentais e não governamentais. Do mesmo modo, caberá ao Dater/SAF/MDA promover ações capazes de viabilizar a alocação de recursos de parceiros internacionais. Parte dos recursos orçamentários do MDA para ações de Ater será alocada nos Programas Estaduais de Ater, para o financiamento de instituições ou organizações de Ater credenciadas, que tenham trabalho permanente e continuado no âmbito dos estados e/ou municípios, conforme estabelecido neste documento. Outra parte dos recursos deverá ser canalizada para um Fundo Nacional de Apoio aos Serviços de Ater, a ser constituído e administrado pelo Dater/SAF/MDA. Fonte: Criação Márcia Helena Laino (2012)
------------	---

3.2.2 Fases da Extensão Rural Brasileira

Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil, elaborado pelo pesquisador da Embrapa, Cyro Mascarenhas Rodrigues, autor que é referencia nos estudos sobre extensão rural, tem sido utilizado amplamente, por vários autores, para descrever os diversos processos na história da extensão rural no Brasil. Para ele, a trajetória do serviço de extensão rural no Brasil supõe três momentos distintos quanto à orientação filosófica e modelo operacional predominantes em cada um deles, que são adequados com as formas de intervenção do Estado e as macro definições políticas dos seus planos de desenvolvimento.

Os três momentos do processo evolutivo da extensão rural no Brasil citados por Rodrigues (1997) são: 1) humanismo assistencialista, 2) difusionismo produtivista e 3) humanismo crítico. O autor ressalta que não se trata de categorias excludentes e exaustivas

que tiveram um desenvolvimento processual linear e homogêneo em todas as regiões do País. Mesmo assim é possível uma análise do SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelos traços característicos dominantes e comuns que marcaram os diversos períodos da sua história. A tabela com o resumo ilustrativo dos três momentos consta do anexo 1 deste trabalho.

Na caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil, Rodrigues (1997) relacionou pertinente aos períodos analisados, o público preferencial atendido pela extensão, unidade de trabalho atendida, orientação pedagógica utilizada pelo extensionista, qual era o papel do agente de extensão, tipo de planejamento utilizado, papel da tecnologia no processo extensionista, tipo e uso do crédito rural e organização da população.

Pela periodização de Rodrigues (1997) prevaleceu o humanismo assistencialista desde a origem da extensão rural no Brasil, em 1948 e durou até a metade da década de 60, quando o Estado brasileiro ainda não tinha despertado para o potencial produtivo da agricultura em termos de capitalização e pelo uso intensivo de tecnologia. Neste período a agricultura exercia um fundamental papel na dinâmica da economia. Arcou com os custos do processo de industrialização, garantindo a produção de divisas que lhe eram subtraídas, via confisco cambial, para viabilizar a montagem do parque industrial brasileiro. Este dinamismo foi obtido mediante um crescimento horizontal das fronteiras agrícolas, numa época em que, ainda assim, a agricultura brasileira apresentava uma competitividade razoável no mercado internacional, em relação a alguns produtos como o café, por exemplo.

Nestas condições, o governo deixava o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural, de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana. Estas atividades conformavam um conjunto de práticas que certamente convinham à legitimação do Estado no meio rural, onde a sua presença direta não se fazia muito regular (RODRIGUES, 1997, p.121).

As particularidades deste período, caracterizado por Rodrigues (1997), como humanismo assistencialista eram: o atendimento preferencial à família dos pequenos agricultores; orientação pedagógica de “Ensinar a fazer fazendo”; papel do extensionista como indutor de mudanças de comportamento; planejamento vertical ascendente, aonde as prioridades vinham do agricultor; o papel da tecnologia era implícito, era um instrumento para

melhorar as condições de vida da família rural; o uso do crédito rural era supervisionado¹³ e cobria investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não) e; com relação à organização da população, criava grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais.

Segundo Rodrigues (1997), este momento humanismo assistencialista, evidenciou-se pela ideia da extensão como uma espécie informal e integral de educação, destinada a agricultores, donas de casa e jovens rurais. Suas finalidades eram a autorrealização desses atores, mediante a aceitação de novas ideias e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais. A sua característica mais marcante é a presença de uma equipe no local de trabalho, paritária, formada de um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica¹⁴, e o uso do crédito rural supervisionado para dar suporte à administração da propriedade e do lar.

O planejamento das atividades era vertical ascendente, partindo da situação em que se encontravam as famílias assistidas, os problemas parte desta situação, objetivos das famílias em relação a estes problemas e definição de soluções alternativas a serem perseguidas, geralmente propostas pelos extensionistas. A consolidação dessas atividades em níveis municipal, estadual e nacional conformavam os planos anuais da extensão rural para o país (RODRIGUES, 1997, p.122).

Como descrito no capítulo anterior, o processo de modernização da agricultura iniciou em meados da década de 60, com intervenção direta do Estado neste projeto modernizante. Neste momento a extensão rural é chamada a atender as prioridades governamentais, principalmente, como viabilizadora do crédito rural, principal incentivo para as transformações tecnológicas ocorridas na agricultura desta época.

O difusionismo produtivista se inicia no período em que o número de contratos de crédito rural orientado supera pela primeira vez, em 1963, as operações com o crédito rural supervisionado, realizadas pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Rodrigues afirma (1997), que na medida em que o Estado encara com mais realismo a necessidade de intervir mais diretamente para modernizar a base técnica produtiva do setor agrícola, através de instrumentos de planejamento mais sistematizados, como acontece com o Plano Trienal de 1963-65, a extensão rural é instada a se pautar nos limites das prioridades dos planos governamentais. Suas orientações, filosófica e operacional, se tornam mais flexíveis e a

¹³Operação de crédito que se destinava prioritariamente a atender pequenos agricultores, com o objetivo de cobrir despesas de investimento e custeio, não só de atividades agrícolas como também de economia doméstica, para a melhoria das condições de habitação, nutrição, saúde, educação, vestuário e lazer.

¹⁴Extensionista doméstica era a denominação dada às profissionais que atuaram na extensão rural trabalhando exclusivamente com mulheres (senhoras e moças), numa divisão clara de gênero na propriedade rural e realizavam trabalhos como: educação sanitária (para o lar, propriedade e pessoas), proteção de nascentes e poços (para obter água potável), uso do filtro e água fervida, construção de privadas, buraco para o lixo e arte culinária.

difusão de tecnologia atrelada ao crédito rural orientado, vai ocupando espaços cada vez maiores. Outro indicador desta mudança mostra a evolução da relação extensionista agrícola e extensionista doméstica, atuando nas unidades locais do Sistema Brasileiro de Extensão Rural entre os anos 1956-75. Esta relação era de 1:1 no começo da extensão rural e foi para 5:1 em 1975.

As características deste momento do difusionismo produtivista, relatadas resumidamente por Rodrigues (1997) eram atendimento preferencial a grandes e médios agricultores; unidade de trabalho o produtor rural, orientação pedagógica Difusionista; papel do extensionista elaborador de projetos de crédito rural; planejamento vertical descendente, em que as prioridades vinham do Governo; o papel da tecnologia era finalístico, moderniza o processo produtivo, aumentando a produtividade da terra e do trabalho; o uso do crédito rural era orientado, voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital e; com relação à organização da população, não se preocupa com este tipo de ação.

Neste momento a extensão rural passa a ser um disseminador de pacotes tecnológicos da modernização da agricultura. Ainda, com base nas considerações de Rodrigues (1997), pode-se afirmar que o difusionismo produtivista marca o período em que os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevalecem sobre os objetivos locais e o “missionarismo”¹⁵ da ação extensionista concebida nos termos originais. Ampliam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, que substituem as equipes “casadas” de um profissional da agropecuária para uma economista doméstica, demonstrando a prioridade para atividades econômicas. A verticalização do planejamento assume direção contrária à qual vinha sendo exercida até então, passando a prevalecer diretrizes normativas do plano nacional para execução descentralizada em níveis estadual e municipal.

Nesta fase, a prioridade do Governo era o desenvolvimento econômico do Brasil e a agricultura seguia o mesmo ritmo, considerando os aspectos econômicos sua primazia. Nesta conjuntura o agricultor que aderiu mais facilmente às tecnologias, dava respostas mais rápidas às expectativas governamentais e teve preferência no atendimento pela extensão rural, neste caso, os médios e grandes produtores.

A ABCAR passa a atuar como um braço do governo no campo, como expõe Rodrigues (1997):

Para tanto, assume todos os chamados programas de impacto lançados sucessivamente pelo governo e vincula-se ao Sistema Nacional de Crédito Rural

¹⁵ Trabalho realizado pelo extensionista como se ele fosse um missionário, propagador de uma ideia.

(SNCR), instituído em 1965, que vai respaldar a modernização da base técnica da agricultura a juros reais negativos, principalmente na década de 70. Como contrapartida, a extensão rural passa a receber, a partir de 1969, uma taxa de assistência técnica incidente sobre cada projeto de crédito rural elaborado e assistido pelas EMATERs e, em 1971, 10% do Fundo de participação dos Estados (RODRIGUES, 1997, p.125).

Por conflitos internos entre segmentos do Governo e a direção da ABCAR, no início da década de 70, ocorre a dissolução da ABCAR, nascendo a EMBRATER, caracterizando uma intervenção mais aguda do Estado nas ações de extensão rural, que a partir de então, sob o seu estrito controle, se torna um instrumento mais eficaz da política de acumulação capitalista no campo.¹⁶ Comenta Rodrigues (1997), sobre o público escolhido como prioridade de trabalho pela Embrater na ocasião de sua implantação:

Nesta ocasião, a EMBRATER elege como sua clientela preferencial os grandes e médios empresários rurais beneficiários da política de crédito rural subsidiado e potenciais usuários dos pacotes tecnológicos de maior avanço tecnológico elaborados por iniciativa da Embrapa (RODRIGUES, 1997 p. 125).

A orientação produtivista da EMBRATER esgotou-se devido a grande crise econômica que se inicia na década de 80, tendo como principal vetor o crédito subsidiado, acarretando o insucesso do projeto de tecnificação acelerada da agricultura. Rodrigues (1997) relata, que se cogita então o retorno à orientação humanista assistencialista, como de fato aconteceu entre 1980-84, mas no seio da Empresa já se difundia uma nova postura crítica, alimentada pelas mobilizações que prenunciavam o surgimento da Nova República, no seu ímpeto inicial mudancista.

Surge então o terceiro período, caracterizado pelo humanismo crítico que deveria prevalecer na Nova República. Pelas descrições de Rodrigues:

A principal característica do humanismo crítico é a promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, é sujeito de suas ações como cidadão, problematiza a sua realidade e decide. O extensionista, não mais um “agente de mudança” manipulador, é o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico horizontal, democrático, portanto (RODRIGUES, 1997, p.127).

As características deste momento do humanismo crítico, relatadas resumidamente por Rodrigues (1997) eram atendimento preferencial a pequenos e médios agricultores; a unidade de trabalho era a família rural, orientação pedagógica dialógica, problematizadora; o papel do extensionista era de catalisador de processos sociais; o planejamento era circular; o papel da

¹⁶Fato tratado no item anterior, referente ao histórico da extensão rural.

tecnologia era essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social; o uso do crédito rural era orientado; voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias “apropriadas” e; com relação à organização da população, estimula a organização e o associativismo rural autônomos.

A Acarpa/Emater-Pr vivenciou intensamente este período do humanismo crítico, através do “Modelo 80” de extensão rural que a instituição adotou no início da década de 80. Este tema será aprofundado no capítulo seguinte.

3.3 A EXTENSÃO RURAL NO PARANÁ ATÉ A DÉCADA DE 80

A Emater-PR, na sua caminhada, passou por várias denominações: Escritório Técnico de Agricultura - ETA Projeto¹⁵, passando por Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Paraná. Sua existência se entrelaça com o período em que ocorreram as maiores transformações na agricultura paranaense.

Em seguida serão apresentados os referenciais legais da Acarpa/Emater-Pr, as condições em que foi instalada e um pouco de sua trajetória histórica da década de 50 até o final da década de 70.

3.3.1 Referências Legais

A extensão rural pública no Paraná iniciou-se em 20 de dezembro de 1956, em um acordo firmado entre o Estado do Paraná e o governo Norte-americano, através da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, o Departamento de Fronteiras, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e o Escritório Técnico de Agricultura - ETA, denominado “ETA - Projeto 15”, para implantação de um programa de Extensão Rural e Economia Doméstica. Posteriormente, em caráter provisório, o ETA filiou-se à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), até que fosse possível se transformar em Associação, à semelhança da ACAR. Seu objetivo era criar um programa de extensão agrícola para promover a família rural por meio do aumento da produtividade, da produção, da renda e da melhoria de seu padrão de vida e bem-estar social (EMATER, 1981). O apoio financeiro do ETA correspondeu a 35,76% dos recursos recebidos (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Com o fim do convênio “ETA Projeto15”, diversas entidades paranaenses ligadas à agricultura, reconhecendo a importância das atividades desenvolvidas, assumiram a responsabilidade pelo Projeto, dando-lhe nova denominação. Assim, em 4 de dezembro de 1959 era criada a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, entidade civil, sem fins lucrativos, filiada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura -SEAG.¹⁷

No estatuto de fundação da Acarpa¹⁸ consta como objetivo "executar um programa de assistência técnico-educativa que permitisse o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural do Estado do Paraná" (EMATER, 1981, s/p). A estrutura organizacional da Acarpa era formada por uma Junta Governativa, composta pelos seus membros fundadores, uma Secretaria Executiva eleita por esta junta e por um Comitê Deliberativo. Sua diretoria executiva, responsável pela gerência da Acarpa, era composta de um Secretário Executivo e um Secretário Adjunto (EMATER, 1981).

Pelo Decreto n.º 50.622 de 18/05/1961, a Acarpa foi reconhecida como de utilidade pública resultando numa redução de seus custos, tendo em vista que nesta nova personalidade jurídica incidiu menores tributos, sendo benéfico para a instituição que, à época, passava por sérias dificuldades financeiras (SEPULCRI, 2005).

Em 1974, no ano de criação da EMBRATER, no contexto de uma reforma administrativa, através da Lei n.º 6.636/74, em que o Estado passa por uma completa reformulação administrativa, a Acarpa é estatizada, tornando-se oficialmente uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Em seguida foi organizando o Sistema Estadual da Agricultura (SEAG), compondo suas empresas vinculadas, entre as quais a Acarpa, que passou a ser executora das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Paraná. Desta forma, essa instituição perdeu sua característica de associação, de empresa paraestatal e, portanto, seu vínculo, quase que exclusivo, com o governo federal, através de sua filiação à ABCAR. Este ato, se por um lado, tirou o caráter de certa independência da empresa, por outro, fez com que passasse a compor oficialmente o

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 15/10/2011.

¹⁸ A Acarpa teve como fundadores os seguintes órgãos: Governo do Estado do Paraná; Federação das Associações Rurais do Paraná; Federação das Indústrias do Paraná; Federação do Comércio do Estado do Paraná; Associação Comercial do Paraná; Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural; Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária e Fundação de Assistência ao Trabalhador. Os estatutos da Acarpa eram similares às demais filiadas ao sistema ABCAR e seus aspectos filosóficos, organizacionais, doutrinários e funcionais foram decisivamente influenciados pela experiência americana.

orçamento do Estado do Paraná, dando-lhe uma relativa estabilidade financeira (SEPULCRI, 2005).

Em 26 de dezembro de 1977, o Poder Legislativo paranaense autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pelo Decreto n.º 5.548, de 11/09/1978. Para Biasi e Henderikx (1993), esta mudança que sofreu resistências internas, criava as condições ideais para o controle gradativo do Estado em relação à instituição. Exemplos concretos podem ser constatados tanto na constituição do Conselho de Administração da EMATER-PR, que passava a contar com uma presença maior do Estado, como nas questões relacionadas a orçamento e prestação de contas.

Esta transformação foi também consequência de diretriz nacional que pretendia atender esta nova tendência nacional e obrigou a alteração da razão social da ACARPA para EMATER-PR. Este procedimento era parte do projeto de fortalecimento do fomento à modernização da agricultura e da assistência técnica, bem como o tipo de produtor que se almejava assistir. Como reflexo desta política houve uma diminuição de 25% no número de produtores atendidos (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Em 02 de março de 1979, em reunião conjunta entre a Junta Governativa da Acarpa e do Conselho de Administração da Emater, decidiu-se que ambas coexistiriam por tempo indeterminado, para se beneficiarem da prerrogativa de utilidade pública já concedida à Acarpa. Na oportunidade foi autorizado que ambas realizassem convênio entre si, segundo o qual a Acarpa ficaria com a responsabilidade de executar o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná e a Emater receberia e lhe repassaria os recursos financeiros para execução. Pela Lei n.º 8.485, o governo estadual extinguiu a Acarpa, permanecendo somente a Emater (SEPULCRI, 2005).

O governo do Estado alterou os Estatutos da Emater, pelo Decreto Estadual n.º 4.139, de 11/11/1988, ampliando o Conselho de Administração para 17 membros, com mandato de três anos, e incluindo um representante dos funcionários da Emater. “Para seu corpo técnico foi uma conquista importante, fruto de sua mobilização, pois, até então, somente tinham assento ao conselho os representantes governamentais e das entidades representantes dos agricultores” (SEPULCRI, 2005 p.69).

Em 12 de março de 1979 foi inaugurada a sede própria da ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, situada à Rua da Bandeira, bairro do Ahú, Curitiba, Paraná. Governador da época Jaime Canet Junior, secretário da agricultura Paulo Carneiro Ribeiro e secretário executivo da ACARPA, Hans Henning Guinther.

3.3.2 Trajetória Institucional

Quando iniciou seus trabalhos contava com apenas 09 engenheiros agrônomos e 11 técnicas sociais, sendo os 07 primeiros escritórios instalados nos municípios de Foz do Iguaçu, Campo Largo, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul, Toledo e União da Vitória¹⁹.

A falta de pessoal qualificado foi um dos primeiros desafios enfrentados pela extensão rural no Brasil, o que motivou a criação de Centros de Treinamento para capacitação inicial ou Pré-Serviço. No estado do Paraná, depois de uma seleção, foram escolhidos onze extensionistas que trabalhavam no “ETA – Projeto 15” para fazer o Pré-Serviço. Este treinamento foi realizado durante três meses no Centro de Treinamento da Fazenda Ipanema em Sorocaba-SP, um dos primeiros e mais importante Centro de treinamento do país, que contava com a orientação de grande número de técnicos norte-americanos, sendo que a maioria das aulas era com tradução simultânea (EMATER, 2006).

A ACARPA incorporou esta forma de qualificar seus servidores, e com o decorrer dos anos criou o seu próprio local para realizar os Pré-Serviços, aperfeiçoando seus métodos. Sepulcri (2005) destaca que um dos aspectos marcantes do serviço da ACARPA eram a seleção e a capacitação do quadro técnico.

Todos os técnicos, antes de serem contratados, passavam por uma rigorosa seleção e, após, recebiam um treinamento denominado "Pré-Serviço", com a duração de 60 dias. O conteúdo do treinamento era carregado de teor doutrinário filosófico dos objetivos da extensão rural, acompanhado de cursos de comunicação e metodologia extensionista. Também era dotado de um programa rígido de supervisão e acompanhamento a campo aos extensionistas, como forma de capacitá-los em serviço. Todo esse processo de desenvolvimento humano e organizacional diferenciava a extensão de outras empresas privadas (SEPULCRI, 2005 p.72).

Em 1959, após a criação da Acarpa, chegava-se a 14 escritórios, reduzindo-se para 9 em 1962 e terminando a década de 60 com 69 escritórios locais (municipais). O pequeno número de escritórios em seu início se deve à séria dificuldade financeira, e por recomendação da comissão de avaliação da ABCAR. Em alguns anos, o atraso de salários para seus funcionários era de até três meses. Essa dificuldade conduziu à rediscussão da localização dos escritórios, o que levou a agrupá-los próximos uns aos outros, com o objetivo

¹⁹Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br> Acesso em: 15 out. 2011.

de facilitar a comunicação e reduzir os custos de deslocamento e manutenção (ACARPA, 1981).

Nos relatórios referentes aos serviços prestados à época de sua implantação constam que as principais ações da assistência técnica na agropecuária consistiam em conservação do solo, correção da acidez do solo, adubação, combate a pragas e doenças das culturas, melhoramento das culturas, mecanização agrícola, sanidade animal, melhoramento das pastagens, administração rural, educação florestal, florestamento e reflorestamento (este último, fruto de um convênio entre Secretaria de Estado e Negócios da Agricultura e o ETA - Projeto 15), com duração de três anos, de 1958 a 1961. Na Região Oeste, os projetos que tiveram maior sucesso foram a introdução do milho híbrido e da ração balanceada para suínos, denominada "ração da Acarpa" pelos agricultores. Na área de bem-estar social as orientações concentravam-se em saúde e nutrição, preparo de alimentos, hortas domésticas, saneamento básico, puericultura, melhoramento do vestuário e do lar e conservas caseiras (ACARPA, 1981).

Apesar das crises, o desenvolvimento prosseguiu. A visão governamental era o produto. Era necessário produzir mais. Em decorrência disto a estrutura da ACARPA dobrou, atingindo 64 escritórios em 1966 (ACARPA, 1981).

A instituição empregava os recursos provenientes de convênios internacionais para expandir, como exemplificados em ACARPA (1981, p.3), “em 1972 foi firmado um convênio com a Organização Internacional do Café (OIC), com objetivo de produzir excedentes exportáveis, quando a estrutura existente praticamente duplicou, indo para mais de 100 escritórios locais”.

Com a expansão da ACARPA, o público atendido por ela também aumentou no decorrer dos anos, passando de 9.916 agricultores no ano de 1965 para 60.768 agricultores no ano de 1975. No ano de 1980 atende 156.647 agricultores (ACARPA, 1981).

Em 1958 o “ETA- Projeto 15” deu início aos trabalhos com jovens rurais, sendo que o primeiro Clube 4-S²⁰ de jovens rurais foi organizado no município de Campo Largo, com 19 participantes para executarem os projetos de suinocultura, apicultura, hortas domésticas, como projetos para meninos e melhoramento do lar, nutrição e vestuário, como projeto para as meninas. Os Clubes 4-S se destinavam à profissionalização do jovem rural, fora da escola convencional, pela educação informal. Em 1964 existiam 38 Clubes 4-S, chegando ao seu apogeu em 1969 com 328 Clubes 4-S e 6.408 sócios jovens rurais (SEPULCRI, 2005).

²⁰O clube é uma instituição sem fins lucrativos, que tem o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas da população rural. Os quatro “S” significam saber para sentir, saúde para servir.

A equipe básica da ACARPA era composta de um extensionista agrícola e uma extensionista em economia doméstica. A distância geográfica entre os municípios, pela dificuldade de comunicação, com estradas sem revestimento asfáltico, dificultou o trabalho em seu início (ACARPA, 1981).

A orientação da administração central era para que o trabalho fosse realizado de forma integrada e em equipe, porém a extensionista social²¹ sofria restrições, fruto do preconceito da época (SEPULCRI, 2005).

Embora a extensão trabalhasse, em determinados períodos, com a família rural, a mulher era atendida pela área de bem estar social e eram tratados assuntos relacionados ao lar, e não aos aspectos relativos à unidade produtiva, ignorando seu papel de agricultora.

Não há como analisar o trabalho da extensão rural sem perceber que ele foi, permanentemente, marcado por um viés de gênero. Assim como as extensionistas mulheres sofriam uma série de restrições ao seu trabalho, no caso das mulheres rurais esse viés se manifestava basicamente na negação do seu papel enquanto agricultoras. A elas era oferecida a possibilidade de organização em grupos (clubes de mães, de senhoras e outros), acompanhados pelas extensionistas de bem-estar social, e orientados, em sua maioria, para os temas considerados "femininos". De forma geral, mesmo que não fosse essa a intenção, os grupos ajudavam a consolidar a idéia de que havia um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio rural, assumindo uma divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades e sobre elas recaíssem as consequências das mudanças ocorridas (SILIPRANDI, 2002, p.41).

No ano de 1984, quando eu iniciei meu trabalho na ACARPA/EMATER no município de Maria Helena não havia extensionista de bem-estar social. No início os agricultores estranharam ser atendidos tecnicamente por uma mulher, pois na época não era comum uma mulher engenheira agrônoma. Os agricultores ainda não tinham muito contato com meu serviço e eu chegava à propriedade rural e os encontrava trabalhando na lavoura que era objeto de minha visita, mas eles sempre me encaminhavam primeiro para sua residência, onde eu conversava com a esposa e demais familiares e depois voltávamos para ver a lavoura. Depois de alguns meses trabalhando no município eu já estava incorporada ao cotidiano dos agricultores e já víamos a lavoura antes de nos dirigirmos à residência para falar com toda a família. Como a maioria das visitas era agendada a mulher já estava na lavoura quando eu chegava e participava conosco da atividade dando sua opinião. Acabou sendo uma

²¹ As extensionistas sociais, até a década de 70, não podiam se casar e continuar no trabalho; até a década de 80, eram proibidas de dirigir os veículos da empresa; e durante um longo período seu trabalho permaneceu subordinado ao dos técnicos.

característica de minhas visitas de que no final do diagnóstico técnico da lavoura nós sempre nos dirigíamos ao local onde a mulher estava para conversarmos. Nestas conversas eu observava que as mulheres sempre estavam bem informadas do que estava acontecendo na área rural e comentavam que tinham conversado com o esposo a respeito das principais decisões sobre as atividades que estavam sendo desenvolvidas, caracterizando claramente como elas participavam de fato da administração da propriedade. Os homens engenheiros agrônomos dificilmente eram convidados pelo agricultor para conversar com toda a família, a mulher quase sempre era excluída desta conversa, tendo informações apenas pelo relato do esposo ou filhos homens.

Para o desenvolvimento rural, a extensão usou como estratégia a organização rural desde o início de seus trabalhos. Para isso foram utilizadas técnicas em organização comunitária, tais como organização e desenvolvimento de comunidades, com a organização de comissões, comitês, conselhos rurais, associações, clubes de jovens, clubes de mulheres, cooperativas, sindicatos, associações e identificação e seleção de lideranças para contribuírem no processo de desenvolvimento comunitário e municipal, entre outros (BRANDENBURG e HENDERIKX, 1981). O crescimento do cooperativismo, sustentado no crédito subsidiado oferecido aos cooperados e às próprias cooperativas, permitiu o gigantismo alcançado por estas estruturas, especialmente, quanto à comercialização da soja.

Para Sepulcri (2008), na sua trajetória, a Acarpa participou na organização de várias cooperativas. Esse trabalho teve a participação do Incra (1971) e do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), e sempre foi realizado de forma integrada com a comunidade, outras instituições que atuavam no setor, sendo peça fundamental na expansão e consolidação do Cooperativismo no Estado.

A Acarpa iniciou em 1962, o trabalho com a organização de cooperativas nos municípios de Campo Largo e de União da Vitória. Na sequência, houve a reorganização da Cooperativa Mista Bom Jesus Ltda. (1965), na Lapa, e a fundação da Cooperativa de Vitivinicultores de Colombo e da Cooperativa Mista Agrícola de Palotina Ltda. (ACARPA, 1981).

A Acarpa participou dentro dessa estratégia de organização rural, a partir de 1967, da organização de vários sindicatos rurais nos municípios em convênio com a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, contribuindo para a organização sindical que, na época, estava dando os seus passos iniciais na agricultura. Esta situação caracteriza mais uma das contradições da extensão rural, na medida em que, junto com um órgão representante de setor patronal, estimula a filiação não diferenciada por categorias sociais, associavam-se pequenos

agricultores junto com os empregadores. Era uma proposta que visava atender uma política nacional de criarem-se entidades que prestassem assistência aos trabalhadores, especialmente no campo da saúde, portanto, atrelado ao Estado (BIASI; HENDERIKX, 1993).

No ano de 1964, a Acarpa iniciou os trabalhos com o crédito rural orientado e supervisionado que contavam com juros altamente subsidiados que foi o carro chefe para o desenvolvimento da agricultura moderna. Sepulcri (2005) informa, que a partir de 1965, o crédito rural orientado, em substituição ao crédito rural supervisionado, mais tarde o crédito rural educativo²², foi a ferramenta usada pela extensão na difusão de tecnologia e dos pacotes tecnológicos difundidos pela Acarpa. Para isso, atuava em parceria com os agentes financeiros, através de convênios.

Em 1968 houve um incremento significativo no número de planos de crédito elaborado. A maioria destes créditos era para as culturas de exportação para médios e grandes produtores rurais (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Vieira (1997) faz críticas a atuação da extensão rural em crédito rural na fase do difusionismo produtivista. Nesse sentido, relata a ação da extensão rural, principalmente, entre os anos 70 e início da Nova República, durante a "modernização conservadora" no campo:

A extensão rural, como estrutura governamental, não ficou ao largo dessas mudanças decorrentes do modelo de desenvolvimento então adotado. A prioridade aos pequenos e médios produtores, embora nunca abandonada oficialmente, passou, na prática, a significar o atendimento aos segmentos, segundo o jargão da época, de "maior capacidade de resposta"²³, com a disseminação massiva dos "pacotes tecnológicos", viabilizados pela ampla concessão de crédito subsidiado àqueles segmentos. A preocupação central com a produção e a produtividade fez com que fosse diminuída a ênfase às atividades de maior cunho social e aqueles ligados à organização de comunidades. O atrelamento da ação do extensionista ao crédito, por sua vez, fez com que fossem abandonados, progressivamente, os métodos grupais de atendimento em favor das visitas individuais (VIEIRA, 1997, p.132).

No período da modernização da agricultura a Acarpa/Emater-Pr privilegiou os agricultores com maior capacidade de resposta, passando a trabalhar de forma pulverizada em todo o município, atuando com médios e grandes agricultores, chegando inclusive a desarticular os trabalhos em conjunto com a área de bem estar social. No ano de 1967 esta área buscou novos parceiros para continuar trabalhando com os pequenos agricultores. Passando a área de Bem Estar Social da Acarpa/Emater-Pr em nível estadual a integrarem-se

²² Denominação utilizada pela extensão rural para o crédito rural aplicado com a finalidade de difusão de tecnologia dentro de um contexto educativo.

²³ Agricultores que apresentavam condições de aderirem prontamente às novas tecnologias e tinham aumento de produtividade com as recomendações do técnico extensionista.

com a Secretaria Estadual de Educação, na Campanha Nacional de Alimentação Escolar e prefeituras municipais através das Inspetorias de Ensino Municipal e Estadual, desenvolvendo trabalhos voltados às escolas isoladas rurais, aos pais e comunidades (BIASI; HENDERIKX, 1993).

No ano de 1973, implantou-se no Paraná, o Projeto de Fomento Agrícola, integrante do Programa Corredores de Exportação e mantidos com recursos oriundos da Organização Internacional do Café (OIC), cujo objetivo era produzir excedentes exportáveis, especialmente grãos (soja, milho e sorgo) e carne bovina. Segundo Sepulcri (2005) impulsionado principalmente por este convênio, a Emater-Pr reduziu o trabalho junto ao pequeno produtor, em benefício dos médios e grandes produtores, por estes darem respostas mais rapidamente aos objetivos do projeto.

A extensão rural em 1976 passa a priorizar a tecnologia de comunicação, para isto contou com o apoio de programas de rádio, feitos pelos extensionistas, nos municípios onde havia tal estrutura. O processo educativo, por via da educação não formal, e a metodologia de comunicação eram os instrumentos básicos empregados pela extensão na difusão de tecnologia e de informação junto a grupos de produtores, de senhoras e de jovens por meio dos Clubes 4-S (SEPULCRI, 2005).

A estabilização e expansão do serviço de extensão rural do estado do Paraná se deram na década de 70, principalmente, devido à modernização da agricultura que a Acarpa ajudou a implantar. Nestas três últimas décadas passou por várias fases com relação à metodologia utilizada, filosofia de trabalho, prioridade de público assistido, etc., acompanhando o sistema nacional de extensão rural brasileiro²⁴.

A breve descrição da trajetória da Acarpa, desde sua implantação, nos permite compreender os processos pelos quais passou e a influencia que estas diferentes fases tiveram na elaboração do Modelo 80 de extensão rural adotado no início da década de 80. Além do que, nos possibilita situar seus momentos históricos, relacionando-os com o vivenciado pelo SIBRATER.

²⁴No capítulo seguinte será relatada sua trajetória na década de 80.

4 A DÉCADA DE 80

A década de 80 foi marcada por uma série de alterações no campo econômico, político social, cultural e agropecuário brasileiro. Foi uma época de grandes contradições, sendo que para muitos ficou conhecida como a “década perdida brasileira”, devido à grave crise econômica que o país atravessou neste período; e para outros foi a época de vitórias, em que a democracia foi vencedora através do retorno das eleições diretas no país.

Este período se caracterizou a nível nacional pela luta da redemocratização do País, abertura política e com ela a liberdade de se expressar, pela anistia ampla e irrestrita e diretas-já, pelo fim da censura prévia e pela liberdade de greve, por uma nova constituinte, pela organização livre de partidos políticos, pelos movimentos sociais urbanos e rurais (mulheres, negros e outras minorias sociais), pelas eleições para os cargos executivos, inclusive da Presidência da República. Enfim foi a década das grandes mobilizações populares.

4.1 CENÁRIO NACIONAL DA AGRICULTURA

Como foi visto no capítulo 1, o projeto de modernização da agricultura após 1964 tinha como objetivo primordial atrelar o setor agrícola ao processo de desenvolvimento econômico, e o papel da agricultura era secundário neste processo, tendo a função de abastecer o país, gerar divisas através da exportação de produtos primários e absorver mão de obra.

Em relação ao campo econômico, a década de 80 iniciou com acontecimentos desfavoráveis aos países do Terceiro Mundo, especialmente para o Brasil, esgotando o modelo de crescimento do “Milagre Econômico” da década anterior, ocasionados conforme Sepulcri (2005), pelo segundo choque do petróleo no final de 1979, pela queda do preço dos produtos agrícolas (*commodities*²⁵) no período de 1981-1985 e a elevação das taxas dos juros no mercado internacional, desencadeada pelos Estados Unidos da América.

O Brasil tinha priorizado um modelo de desenvolvimento altamente dependente de capital estrangeiro e de tecnologia de ponta, sendo a produção prioritariamente destinada à exportação. Os fatores acima citados aceleraram a crise da agricultura, pois como as lavouras estavam mecanizadas, o petróleo era um forte componente de seus custos de produção. Com

²⁵ Mercadoria em estado bruto cujo preço é controlado por bolsas internacionais.

os preços dos produtos agrícolas em queda, a rentabilidade das exportações cai. Além do que, como relata Mielitz Neto (2010), o crédito rural que foi o grande impulsionador da modernização da agricultura nas décadas de 60 e 70 reduziu o volume de sua oferta na década de 80, com a eliminação dos subsídios em 1985.

Os instrumentos de política agrícola até este período mantinham entre si uma lógica teórica de funcionamento, aperfeiçoadas nas duas décadas anteriores, por meio de diversos instrumentos de política agrícola utilizados para seu desenvolvimento. De acordo com Mielitz Neto (2010), na crise dos anos 80, o Estado se retrai, colocando em cheque a forma e a intensidade de suas intervenções. O modelo econômico adotado nas duas décadas anteriores apresentava sinais de esgotamento com reflexos diretos na agricultura. Este foi um período marcado pela recessão, desemprego, aumento da dívida externa, inflação e queda da renda *per capita*.

Com a crise econômica e com o ambiente de abertura política, o panorama da questão agrícola começa a mudar. Além dos temas relacionados à produção e produtividade, inicia-se também o debate relacionado com condições sociais e do meio ambiente.

Nesta década ampliaram-se as críticas da sociedade brasileira em relação ao processo de transformação da agricultura ocorrida nos períodos anteriores, em decorrência das evidências negativas provocadas pelo modelo de desenvolvimento adotado, que para Cavalet (2008), foi privilegiada a propriedade empresarial em detrimento da propriedade familiar, a tecnologia multinacional em detrimento de uma tecnologia compatível com a nossa realidade, o uso intensivo e irracional dos recursos naturais em detrimento de um manejo ecológico desses recursos. Neste modelo a prioridade foi o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social.

A década de 1980 é caracterizada por uma grande reflexão em torno do modelo agrícola vigente, agressivo e danoso às pessoas e ao meio ambiente. Há uma mobilização e preocupação com o tema promovido, principalmente, por engenheiros agrônomos e pesquisadores, tanto a nível nacional como no Paraná. Há um desejo implícito de construir um novo modelo de agricultura (BALESTRIN, 2002).

4.1.1 Cenário Paranaense da agricultura

A agricultura paranaense nesta década acompanhou as transformações ocorridas em nível nacional. Para Fajardo (2007), como no restante do país, é no início desta década que se

conclui no Paraná a instalação dos complexos agroindustriais e a modernização daqueles que já existiam.

No Paraná continua a redução das lavouras permanentes, proveniente da substituição da área de café, principalmente, por soja e pastagem, resultando em um aumento substancial das lavouras temporárias e pastagens plantadas. Sepulcri (2005) afirma que em 1980 a cafeicultura ocupava 0,63 milhão de hectares, tendo reduzido sua área em 39,3% a partir de 1970 e esta redução de área continuou.

São alteradas as relações de produção e de trabalho no campo, desestabilizando as condições rurais de sobrevivência e expulsando enormes contingentes populacionais. De acordo com Fajardo (2007), o estado do Paraná que tinha um forte poder atrativo de população nas décadas anteriores, no período auge da cafeicultura, passa para uma das unidades da federação brasileira que tiveram menor crescimento populacional entre os anos 1980 e 1990, ficando como uma das principais áreas expulsoras de população do país.

Com a crise econômica as áreas de lavouras (trigo, café, feijão, milho e soja) no estado diminuem. Pelos dados apresentados por Sepulcri (2005), na década de 80 decresceu a área plantada em 5,9%, e a produção em 13,9%, em decorrência do aumento do custo do crédito rural após a eliminação do subsídio e do baixo preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional.

Vale ressaltar que apesar de todas as adversidades da década, as áreas de lavoura paranaense se adaptaram ao novo modelo, e como resultado dos investimentos na modernização da agricultura, no ano de 1980, de acordo com análise dos dados dos arquivos do Departamento de Economia Rural da SEAB, (consultado em 27/09/2012²⁶) constatou-se que a colheita de soja atingia o recorde de 2.240 kg por hectare, maior produtividade de todos os tempos em que fora plantada, superando a produtividade média brasileira. Sendo plantado neste ano 2.410.800 ha, ficando na posição de segunda maior área plantada de soja no Brasil.

No ano de 1983, fruto das eleições diretas para governo do estado é eleito governador José Richa, com ele assume Claus Germer, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, que na opinião de Balestrin (2002, p.31), “se respiram novos ares e surgem novas ideias. O estado assume uma postura pioneira e fomenta o uso de métodos e técnicas alternativas na agricultura. “O Programa Integrado de Manejo de Solos e Águas (PMISA), desenvolvido pela Secretaria Estadual da Agricultura foi reconhecido nacionalmente e o

²⁶<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/cprbr.pdf>

Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) promoveu pesquisas visando à racionalização do uso de recursos naturais (BALESTRIN, 2002).

Com Claus Germer à frente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, motivado pelas reflexões críticas ao modelo de desenvolvimento, há uma mudança de foco na atuação de todas as vinculadas desta secretaria, dando prioridades aos ideais da nova república, que foram mencionados acima.

Como foi descrito anteriormente, o IAPAR na década anterior trabalhava no sentido de gerar tecnologias para o processo de modernização da agricultura, beneficiando os grandes e médios agricultores, além do que priorizavam apenas o produto, não tendo a visão da propriedade como um todo, na década de 80 repensa e redireciona seu trabalho como constatado pela afirmação abaixo:

O reflexo das críticas ao modelo de desenvolvimento fez também com que houvesse internamente no IAPAR a iniciativa de deflagrar um processo de reflexão e autocritica institucional, no sentido de gerar e ofertar tecnologias agropecuárias, segundo as condições e das foclimáticas regionais e socioeconômicas dos agricultores. O esforço institucional empreendido na reformulação das ações de pesquisa concentrou-se na racionalização dos recursos institucionais, mediante uma programação de pesquisa sob o enfoque sistêmico e multidisciplinar, mantendo uma base de trabalhos em andamento para complementar a integração dos resultados em sistemas de produção (IPARDES, 2005, p. 5).

A estratégia básica de reformulação refere-se à operacionalização da pesquisa segundo o enfoque sistêmico, através de ações integradas que deverão envolver a pesquisa, a extensão e o produtor. Ao mesmo tempo, assegurou-se o prosseguimento de trabalhos já consolidados em projetos de pesquisa vigentes, a partir da revisão de sua filosofia e conteúdo, notadamente daqueles voltados à geração de componentes tecnológicos por produtos, procurando-se orientar esforços para a integração de resultados em sistemas de produção (IPARDES, 2005).

4.2 A EXTENSÃO RURAL NACIONAL

Para melhor compreensão da extensão rural brasileira da década de 80 será retrocedida a explanação, neste item, até meados da década de 70, detalhando a criação e funcionamento da EMBRATER, principal articuladora da política agrícola nacional através da extensão rural, até sua extinção no ano de 1990.

Como foi visto no 2º capítulo deste trabalho, com a criação da EMBRATER, em 1974, foi estatizado o serviço de extensão e o governo federal assumiu a responsabilidade pela sua continuidade. Segundo Oliver (1996), a sua principal função foi a de coordenar os serviços de

extensão nos estados, fixando diretrizes organizacionais e de critérios para escolha de seus dirigentes, normas de controle técnico e financeiro, métodos de trabalho e avaliação a serem adotados por todas as EMATER e ela afiliadas. “A EMBRATER passou a exercer a coordenação dos programas e projetos de assistência técnica e extensão rural no país” (OLINGER, 1996, p.153).

Sob a coordenação da EMBRATER, havia planos nacionais de extensão e um sistema ou metodologia de planejamento que eram adotados por todos os serviços estaduais filiados ao Sibrater. Segundo Sepulcri (2005), a EMBRATER e a EMBRAPA, juntamente com o crédito rural subsidiado passa a ser, a partir desse momento, os principais instrumentos do governo para mudar a agricultura.

A EMBRATER, na época de sua criação, se estruturou como Sistema Brasileiro de Extensão Rural, adotando um modelo de atuação de caráter prioritariamente produtivista, privilegiando o aumento da produção e da produtividade agrícola. Para Brandenburg (1991), embora as diretrizes de trabalho adotem um discurso de caráter social, diferenciando públicos de alta, média e baixa renda, a ênfase à modernização da agricultura através da transferência de tecnologia é a tônica do discurso.

“O Estado se modernizou e assumiu o papel de empresário. Com a criação da EMBRATER o Estado passa a ter um braço forte junto ao meio rural, visando garantir o modelo modernizante/excludente que se desenvolvia no meio rural” (BIASI; HENDERIKX, 1993, p.47).

A Embrater nasce integrada a diretriz nacional que buscava aumentar a institucionalização da extensão rural, vinculando-a ao Estado (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Lembrando que à época da criação da EMBRATER, a mesma era muito valorizada no cenário político nacional, e contava com recursos financeiros do Governo Federal, como comenta Olinger (1996, p.155): “[...] a EMBRATER nascia altamente prestigiada pelo então Ministro da Agricultura e, por este motivo, recebia fartos recursos financeiros.”

Este prestígio pode ser justificado porque a Embrater representou os interesses do Estado na relação com o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, impondo suas prioridades, além do que, informa Sepulcri (2005), que a ABCAR vivia uma crise de relacionamento com o Ministério da Agricultura, prejudicando o repasse de recursos; assim, os estados não recebiam suas verbas federais. A ABCAR foi extinta, sendo criada a Embrater para sucedê-la, o que foi facilitado também por interesse do governo militar da época, por fazer parte de sua estratégia política para a modernização da agricultura.

Outra justificativa para este prestígio pode ser atribuída à manutenção da modernização conservadora, assumida pela Embrater, principalmente referente à reforma agrária, como afirma (OLIVEIRA, 2011 p.71), “a criação da EMBRATER, portanto, representou a consolidação de uma nova estratégia de manutenção da estrutura fundiária, afastando qualquer tentativa de reforma no latifúndio.”

Boa parte dos recursos financeiros para seu funcionamento inicial veio de empréstimos internacionais como relata Olinger (1996, p.155): “[...] no primeiro quadriênio de vida, deixado a primeira diretoria cerca de (trezentos) milhões de dólares, provenientes de empréstimos contraídos com o BIRD, para a gestão seguinte, que se estenderia por um período de 6 (seis) anos.”

Olinger (1996) explica que os recursos financeiros provenientes destes empréstimos eram destinados a construções civis e pagamento de pessoal do Sistema EMBRATER, que na época representava 40% da folha de pagamento das EMATER's nos estados. Oliver (1996) ressalta que ele, como diretor da EMBRATER na época (1979 a 1985) havia argumentado junto ao então Ministro da Agricultura, Delfin Neto, ser inconveniente um empréstimo financeiro, principalmente de um banco internacional, para cobrir folha de pagamento. Argumentou que quando terminassem as disponibilidades financeiras provenientes do empréstimo, o país teria que arcar com as despesas ou realizar novos empréstimos. “A resposta do ministro Delfin foi que quando terminasse o empréstimo outro seria feito” (OLINGER, 1996, p.156).

É nesta fase que se verifica a maior expansão da estrutura operacional do sistema de extensão rural, tanto em relação ao aumento de extensionistas locais por número total de estabelecimentos agropecuários, quanto por municípios assistidos que era de 10% do total da federação em 1960 e salta para 77,7% em 1980 (RODRIGUES, 1997).

A crise financeira e a abertura política do início da década abre espaço para um grande questionamento da sociedade com relação ao modelo de modernização da agricultura, decretando o esgotamento da orientação produtivista da EMBRATER. Para Brandenburg (1991), os agentes sociais organizados no meio rural reagem ao processo de modernização, questionando o modelo e a política dos pacotes tecnológicos.

Assim, no início dos anos 80, vários movimentos começaram a surgir e a ganhar vida política própria. Para Nunes (2007), no Brasil, esse período foi marcado pela transição de um desgastado regime político ditatorial a um regime político democrático, que prezava pela participação social, trazendo a sensação de que uma nova fase de organização social poderia

estar em curso, superando a fase de repressão política e a própria crise de referenciais ideológicos.

Os movimentos sociais do campo que tiveram abrigo em setores da Igreja Católica na década de 70 começam a se manifestar. Segundo Nunes (2007), durante o regime militar, setores da Igreja Católica passaram a abrigar os movimentos de oposição, aonde encontravam refúgio político. A Igreja, através da Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e Pastoral Operária, exerceram grande influência nos movimentos sociais brasileiros durante esse período. Assim, contribuiu, para imprimir nas lideranças e nos movimentos sociais que se formavam, tanto no meio rural quanto no urbano, a ideia de participação da base, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Em nível do sistema de extensão, o extensionista, que é o componente mais sensível da estrutura, devido à sua inserção prática junto aos agricultores, inclina-se às evidências e começa a incorporar os questionamentos dos movimentos populares. O extensionista assimila conceitos críticos à extensão rural tradicional (BRANDENBURG, 1991).

A democratização do país apresentava indícios de mudança na postura do Estado, com reflexos nas ações da extensão rural que procurou se adaptar a esta nova realidade, a fim de garantir seu espaço institucional. Segundo Brandenburg (1991), os questionamentos teóricos já realizados por Paulo Freire na década de 60 passam a ser incorporados na prática por algumas unidades da EMBRATER, como Paraná, Pará e Amazonas.

As aspirações da sociedade por mudanças são projetadas no governo da “Nova Republica”. Segundo Brandenburg (1991, p.11), “é neste contexto que a EMBRATER encontra espaço para redefinir seu modelo, seja pela necessidade de ajustá-lo ao novo momento histórico ou pela imposição das experiências que as EMATER's estaduais já vinham realizando”. Neste novo modelo a extensão deu prioridade para atendimento aos pequenos e médios produtores rurais e aos agricultores e trabalhadores sem terra, assentados nos projetos de reforma agrária.

Em 15 de maio de 1985 toma posse como presidente da EMBRATER Romeu Padilha de Figueiredo, que promove e participa neste mesmo ano de vários debates e discussões sobre temas da atualidade do meio rural brasileiro, levando a síntese da nova mensagem da instituição: Extensão Rural, Desenvolvimento e Democracia. Colocando em debate o papel dos serviços de extensão rural como mais participativo, mais atuante e voltado para as reais necessidades das famílias e dos pequenos agricultores brasileiros (FIGUEIREDO, 1986).

Em seu discurso de posse, Figueiredo (1986) referindo-se à importância da extensão rural trabalhar com organização rural, destaca:

É impossível aos agricultores realizarem sua promoção sócio-econômica e político-cultural, sem que elevem seus níveis organizacionais. Sua história, passada ou recente, ensinou-lhes que só se associando podem fazer frente às opressões e aos desafios. [...] Devemos, pois, cada vez mais reconhecer e apoiar as suas mais diversas formas associativas, tanto na esfera produtiva quanto na de circulação e distribuição, como nos campos políticos e sócios culturais (FIGUEIREDO, 1986, p.9).

Em seu segundo discurso, na transmissão de cargos, Figueiredo (1986) convida todos os extensionistas para a construção de uma extensão rural democrática e popular, consistindo em uma construção conjunta de agricultores, suas organizações, pesquisadores, intelectuais e extensionistas. Enfatiza que, a extensão rural tem que se tornar um serviço acessível a um número maior de pequenos agricultores e suas organizações e, que deve ser permeável às suas demandas. Para isto, propõe repensar e aperfeiçoar os métodos e processos educativos do trabalho extensionista, tornando-o mais democrático. Complementa, afirmando ambicionar a descentralização e a democratização dos processos decisórios de planejamento e de execução da Extensão Rural no país.

Visando sair do modelo anterior da década de 70, em que a extensão dava prioridade à difusão de pacotes tecnológicos, visando apenas o aumento de produção e produtividade, desconsiderando as necessidades dos pequenos agricultores, a EMBRATER, propõe um novo modelo de extensão:

O serviço de extensão rural não deve difundir passivamente o conjunto de tecnologias geradas pelos órgãos de pesquisa agropecuária. As tecnologias devem ser produzidas a partir de uma efetiva articulação entre pesquisa e extensão, com a participação das organizações dos pequenos agricultores e de suas lideranças políticas. E devem ser validas nas condições reais em que vivem e trabalham. (EMBRATER E O PLANO DE METAS, 1986, p.48 apud BIASI; HENDERIKX, 1993).

Na visão de Rodrigues (1997), a EMBRATER foi um dos organismos que mais absorveu e batalhou para a implantação, no setor agrícola e agrário, dos preceitos que deveriam constituir os compromissos da Nova República.

Este período propicia um questionamento no grupo dos extensionistas com relação às ideias do educador Paulo Freire, principalmente as divulgadas em seu livro *Extensão ou comunicação?*²⁷ Foi naquele período que a ação extensionista construiu e estabeleceu seu sentido de ser (DIAS, 2007).

²⁷ Maiores detalhes em: FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93p.

As EMATER's estaduais implantavam este novo modelo. Borges e Medeiros (2007) relatam que na Emater-RN foi utilizada metodologias participativas em consonância com as orientações da Política Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural, possibilitando aos agricultores e suas famílias transformarem-se em sujeitos do seu processo de desenvolvimento, valorizando os distintos saberes e o intercâmbio de experiência que permitiram a ampliação da cidadania e inclusão social.

Destaca-se aqui a atuação da ACARPA/EMATER-PR, que desde o início da década de 80, já havia implantado o “Modelo 80” de extensão rural no estado do Paraná, que preconizava uma participação das organizações dos pequenos agricultores e de suas lideranças em seu trabalho, que será visto com mais detalhes em item específico.

Dentro do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, as propostas de mudanças nas instituições acompanhavam o processo de avanço da sociedade. A administração da EMBRATER tenta quebrar algumas estruturas conservadoras no trabalho de Extensão, que pretendiam continuar com os mesmos objetivos da modernização conservadora das décadas anteriores, procurando adaptá-las às novas necessidades do país. Alguns governadores, eleitos em 86, acompanham essa tendência. Todos encontram grandes dificuldades (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Esta nova proposta de extensão rural teve um período de curta duração devido ao contexto de forças políticas e os interesses populares que davam sinais de recuo (BRANDENBURG, 1991).

A EMBRATER, enquanto coordenadora nacional do Sistema de Extensão Rural, mal pôde implantar as primeiras medidas concretas no sentido desta transformação. Mudara a correlação de forças políticas de sustentação da Nova República e uma reforma ministerial, em 1986, imporia nova motivação de seletividade de política expressa no retorno às exigências do produtivismo, com vistas à obtenção das "supersafras" agrícolas (RODRIGUES, 1997, p.148).

A persistência da crise econômica, as altas taxas de inflação, leva o governo José Sarney, da “Nova Republica” a reduzir gastos públicos propondo a extinção de empresas públicas, entre elas a EMBRATER. Embora todo o processo para sua extinção tenha sido executado, o governo recua. Não ocorrendo sua extinção neste momento em função de pressões sociais (BIASI; HENDERIKX, 1993).

A sociedade, neste período está à beira do processo hiperinflacionário, as diferenças e as tensões sociais são crescentes, mas a eleição presidencial se realiza dentro dos preceitos constitucionais. É eleito como Presidente da República Fernando Collor de Mello. Para Brandenburg (1991) constituem as principais marcas desta nova administração do governo

federal o controle da inflação, a redução do déficit público, a reforma administrativa do Estado e a liberalização da economia.

Em 17 de outubro de 1990, como parte integrante da reforma administrativa o governo federal, transfere as atribuições da EMBRATER, em liquidação, para a EMBRAPA. A Extensão Rural deixa de existir enquanto entidade coordenadora de órgãos estaduais de prestação de serviços de assistência técnica a agricultores (BRANDENBURG, 1991).

Este período é marcado de uma profunda crise da extensão rural pública no Brasil. Para Dias (2007), o fim da EMBRATER vem acompanhado de expressiva diminuição dos recursos públicos e a quase que inexistência de renovação dos quadros profissionais das EMATER's a partir daquele momento.

As EMATER'S passaram a depender dos governos estaduais e das prefeituras. A antiga coesão sistêmica, motivo de orgulho da corporação extensionista, esfacelou-se. Para sustentar-se e sobreviver como serviço público, os aparatos públicos de extensão rural foram pedir auxílio aos governos estaduais, fizeram convênios com prefeituras, com sindicatos, cooperativas (DIAS, 2007, p.14).

Não obstante, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, segundo Peixoto (2008), determina que a União mantenha serviços de Assistência Técnica e de Extensão Rural – ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores.

Como será visto adiante, a Acarpa implantou uma proposta de extensão rural democrática e popular, através do “Modelo 80”, como foi preconizada pela EMBRATER no início da década, e também retrocedeu no final da década de 80 em função da nova conjuntura política estadual e federal.

4.2.1 A Extensão Rural Paranaense

No estado do Paraná inicia-se a década discursando o Modelo 80 de Extensão, passa-se pela definição de Missão.

Nesta década, a ACARPA/EMATER-PR continua expandindo, numa evolução crescente de instalação de escritórios municipais. É preciso ressaltar que na década de 70 ocorreu a maior expansão, passando de 69 para 279 escritórios em 1980, havendo, portanto, um incremento de 304%. A partir de 1985, a EMATER-PR estava presente em praticamente 100% dos municípios paranaenses com 289 escritórios municipais e 30 escritórios distritais. Com relação ao número de funcionários, observa-se que em 1985 atingiu o seu pico máximo, com 1.981 funcionários. A partir daí este número foi diminuindo (SEPULCRI, 2005).

Resultado de pressões sociais, que denunciaram as agressões ao meio ambiente e à degradação dos solos, esta é a década de lutas contra a erosão, com desenvolvimento de inúmeros programas que buscam a preservação do meio ambiente. Segundo Biasi e Henderikx (1993), no final do ano de 1982 surgem as primeiras discussões sob uma nova visão para os trabalhos em recursos naturais, e que levaram a elaboração do Programa de Manejo e Integração de Solos e Água, com o objetivo de implantar o uso e manejo adequado ao solo, de acordo com sua aptidão agrícola. São trabalhadas as primeiras 210 microbacias do estado.

Neste período, também com relação ao meio ambiente, são assessoradas 35 associações de defesa ambiental. No manejo de pragas além dos trabalhos normais iniciam-se atividades de uso do controle biológico da lagarta da soja, bem como a implantação das armadilhas de captura do bicudo (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Em 1983, fruto das eleições diretas realizadas em 1982, é empossado governador do Estado, José Richa, mudando o enfoque do Governo com relação à década de 70, quando se priorizava os agricultores com maior capacidade de resposta à modernização da agricultura. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná - SEAB e a ACARPA/EMATER-PR voltaram-se para trabalhos com organização rural junto aos pequenos agricultores, como será visto com mais detalhes no item do “Modelo 80”.

Com esta nova prioridade de governo foi criada, sob o incentivo da SEAB, através da ACARPA/EMATER-PR, várias associações e federações de agricultores, dentre elas algumas na Região Metropolitana de Curitiba – RCM.

Balestrin (2002, p. 27) cita que:

A criação das associações na RMC, e a fundação da FEPAR²⁸ constituíram-se em iniciativas de caráter governamental. As associações tiveram o auxílio de técnicos e pesquisadores da EMATER/PR, na organização e execução do projeto associativo junto aos grupos locais e na mediação com os canais de comercialização.

O método utilizado pela extensão rural para colaborar com os agricultores em sua organização era relativamente simples, como relata a seguir a autora, descrevendo o início da criação da Associação dos Produtores Rurais de Colombo (APAC).

²⁸FEPAR - Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais do Paraná, criada em 1985. Ela se configura como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, formada pelas Associações de Produtores Rurais do Estado do Paraná. Sua sede é em Curitiba, junto a CEASA/PR. Aproximadamente 15 associações respaldaram sua criação.

A APAC foi criada em 1984 em uma comunidade do interior do município de Colombo. No seu processo organizacional contou com a participação da EMATER. A princípio os produtores reuniam-se no barracão da Igreja da comunidade de Boisininga e preparavam sacolas com produtos de suas propriedades, como feijão, alface, couve-flor, etc, com o intuito de comercializá-los em Curitiba (BALESTRIN, 2002, p. 29).

Segundo Biasi e Henderikx (1993), na organização rural devido ao incentivo e orientação a associações, sindicatos, cooperativas e grupos de agricultores, atingem-se 3.000 grupos de agricultores, 1.100 de donas de casa e 500 de jovens.

Em 15 de setembro de 1983 é fundada a Associação de funcionários da ACARPA. Para Biassi (1993), este ato é reflexo nacional das lutas desenvolvidas na busca da organização dos trabalhadores da extensão rural, que durante esta década passaria a enfrentar uma série de problemas de ordem funcional, salarial e legal. Culminaria, posteriormente, à fundação de um Sindicato que reunisse todos os trabalhadores da extensão rural e outras categorias, o SINDASPP -Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Curitiba.

No final da década, iniciam-se as discussões sobre o Paraná Rural – Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná e já sob o comando de Álvaro Dias no governo estadual é enviado em abril de 1988 o documento final do convênio com o BIRD, com duração de sete anos.

Os recursos aplicados na agricultura aumentam significativamente. A agricultura passa a ser priorizada inclusive com o aumento do orçamento do estado. As metas se tornam ponto de referência para se avaliar nas propostas as ações. A proposta é mais tecnologia e menos ideologia. Atua-se, principalmente, na execução das propostas constantes nos programas estruturados e definidos (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Ocorre formalmente a extinção da ACARPA e sua absorção pela EMATER-PR, em reunião realizada em 19 de janeiro de 1988. Segundo Biasi e Henderikx (1993) manifestam-se, publicamente, contra a transformação apenas a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e Associação dos funcionários da ACARPA. Todos os demais membros do Conselho da ACARPA são favoráveis. Os motivos alegados foram de ordem legal. Com este ato se consolidou o controle total do Estado sobre a instituição.

Neste período cresce a assistência técnica prestada pela iniciativa privada e cooperativas. Em contrapartida o Estado estabiliza o número de técnicos e funcionários que atuam na EMATER-PR. Constata-se também uma forte tendência à municipalização do setor agrícola. Em muitos municípios criam-se as Secretarias ou Departamentos de Agricultura,

com a finalidade de coordenar todas as ações municipais do setor agrícola. Em outros municípios busca-se a prefeiturização, visando submeter as ações a serem desenvolvidas à vontade pessoal dos dirigentes municipais (BIASI; HENDERIKX, 1993).

No final da década, a instituição reforça como principal estratégia de trabalho as microbacias hidrográficas como espaço físico da atuação do extensionista em cada município, relegando a segundo plano as atividades em nível de comunidades rurais organizadas, sendo que o técnico passa a ser o homem do subsídio dos programas estruturados, o construtor de estradas e dos murundus²⁹. As ações ocorreram em 1017 unidades cadastradas no programa de Manejo e Conservação de Solos em Microbacias Hidrográficas e mais de 80% do público assistido está localizado nestas áreas (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Deste ano em diante não são mais admitidos profissionais para atuar na área de abastecimento alimentar. Esta política da empresa é consequência das prioridades estabelecidas que não envolvam as áreas antigamente denominadas de bem estar da família rural.

4.3 O MODELO 80

Aproveitando o momento da abertura política que o país atravessava no início da década de 80, a Acarpa/Emater-Pr busca se adaptar a esta nova conjuntura e estabelece um processo de reflexão na instituição e implanta uma nova sistemática de atuação que ficou conhecida como Modelo 80 de Extensão Rural.

Por meio deste modelo foi reorientada a forma de trabalhar da Acarpa/Emater-Pr em relação ao executado desde sua implantação. No ano de 1979, fruto de uma demanda dos servidores da Acarpa/Emater-Pr ocorre a primeira parada histórica de reflexão da Extensão Rural do Paraná. No ano de 1983 este modelo é aperfeiçoado em um amplo debate com a sociedade, definido a nova missão da Acarpa/Emater-Pr. Caracterizando a segunda parada histórica de reflexão da Extensão Rural do Paraná.

4.3.1 A Implantação

A grande expansão e diversificação dos trabalhos da ACARPA nos anos 70, com ampliação de sua estrutura e criação de setores especializados, levaram a um aumento relativo da importância da Extensão Rural nos destinos da agropecuária paranaense. Pelas

²⁹ Terraços construídos com trator de esteira.

informações de Biasi e Henderikx (1993), no início da década, em 1981, a ACARPA contava com 245 escritórios locais e 998 extensionistas que orientavam 65.000 produtores.

No ano de 1979 a diretoria da ACARPA solicita para seus servidores Elizabeth Henderikx, coordenadora estadual em organização rural e Alfio Branderburg, coordenador de estudos sociais em agricultura, a realização de um amplo diagnóstico da atuação da instituição.

Segundo Branderburg e Henderikx (1981, p.01): “Este trabalho constitui fruto de uma preocupação levantada por técnicos do Sistema de Extensão Rural do Paraná, voltada à necessidade de se retomar o enfoque humanista da extensão, considerando a organização e a ação comunitária. “Atendendo o solicitado, o trabalho tinha como objetivo propor linhas de ação ou estabelecer um referencial de apoio para o desempenho funcional dos técnicos nos aspectos que dizem respeito à organização e promoção sócioeconômica do homem do campo (BRANDERBURG e HENDERIKX, 1981).

Para execução deste trabalho os autores entrevistaram técnicos da ACARPA/EMATER com atuação a nível municipal, regional e estadual e produtores rurais de diferentes categorias visando detectar fundamentalmente os níveis de organização comunitária; as tendências gerais do processo produtivo na agricultura e organizações de produtores existentes. Além do que, segundo Branderburg e Henderikx (1981) “para concretização deste diagnóstico foi feito um estudo da atuação da ACARPA nos aspectos organizacionais e promocionais do homem rural no período de 1958 a 1978, bem como uma análise deste estudo” (1981, p.01).

A influência destes autores na concepção do modelo 80 foi tão forte que até nos dias de hoje são associados a este modelo, como pode-se constatar no depoimento de uma entrevista de um extensionista de campo:

[...] todo o material elaborado para efeito desse modelo 80 era feito por duas cabeças pensantes nessa matéria. Era feito pela Elisabeth Henderikx, até se você procurar qualquer documento sobre o modelo 80 esta lá a Beth e um rapaz que nunca mais eu ouvi falar dele que é o Alfio Branderburg que era também um dos cabeças do modelo 80, mas ele navegou pela Emater ali por esse modelo 80, já no final de 80 ele saiu da Emater. (Entrevistado 1)

Na entrevista com um extensionista que ocupava função regional também surgiu espontaneamente a referência a estes dois autores quando foi indagado de como ele sentia o ambiente interno da EMATER quanto à aplicação do modelo 80.

[...] parte do pessoal acreditava e se empenhava em por o processo em funcionamento. No entanto, muitos esperavam ver para crer, e alguns torciam

contra. Lembro da expressão: processo de AlfioBetização, referente ao Alfio e a Beth, que coordenavam os treinamentos e de certo modo conduziam o processo. (Entrevistado 3)

Na fase do diagnóstico os autores registram o processo de mudanças no meio rural no período de 1958 a 1978, coincidente como que foi abordado pela autora desta dissertação no capítulo 1. “Na sociedade como um todo, ocorre um processo de transformação notadamente nas últimas décadas com o advento da indústria” (BRANDERBURG e HENDERIKX, 1981, p. 22). Com relação a este período o extencionista regional, em entrevista, deu o seguinte depoimento sobre este processo:

[...] uma reflexão crítica sobre os resultados da modernização da agricultura, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, baseada no pacote tecnológico da revolução verde, imposto pelo regime militar, que apresentou como aspecto positivo, o aumento da produção por meio do incremento da produtividade. Mas que apresentou aspectos negativos, como concentração da propriedade da terra, da renda, êxodo rural de forma desordenada, levando ao processo de favelamento das cidades, aumento dos índices de violência, desemprego...; problemas ambientais, como erosão do solo, contaminação química do ambiente e de produtos agropecuários. O processo levou os agricultores a uma total dependência do mercado em termos tecnológicos, e econômicos. (Entrevistado 3)

Nesta mesma entrevista, quando indagado a sua opinião sobre o que desencadeou o modelo 80, o extencionista regional deu o seguinte depoimento:

[...] entendo que os extensionistas perceberam que foram usados pelo sistema, sentiram que ao invés de atuarem como educadores atuaram como impositores de tecnologia, invasores culturais como sugere Paulo Freire em Extensão ou Comunicação? Então surgiu a necessidade de voltar a atuar como educadores por meio de um processo mais participativo, chamado de modelo 80. (Entrevistado 3)

Os autores registram a reorganização social rural ocorrida no período analisado por eles, segundo Branderburg e Henderikx (1981), em decorrência da expansão acelerada de formas capitalistas de produção a ordem social é gradativamente alterada, fruto de uma estratégia de desenvolvimento que promove transformações rápidas na organização da sociedade, com a concentração da propriedade da terra, a especialização de culturas, a mecanização, o uso intensivo de tecnologia moderna e a consequente liberação de força de trabalho se propõe uma nova ordem de integração.

Para Branderburg e Henderikx (1981), com a introdução de máquinas e de novas técnicas há uma reorientação de valores, com tendência de eliminar formas tradicionais de organização do trabalho em bases coletivas, como o mutirão, que tende a aparecer com

frequência cada vez menor. A troca de dias de serviços em certos casos é substituída pela troca de máquinas agrícolas.

Os estudos e análises de Elizabeth Henderikx e Alfio Branderburg motivaram o início das transformações na instituição, com a criação do modelo 80. Este repensar da extensão rural foi comentado por Celso Bruns:

No Paraná, por algumas condições particulares, se desenvolveu durante algum tempo uma análise aprofundada do trabalho de extensão rural, seus objetivos, sua clientela, sua postura, métodos e estratégia, procurando-se, a partir daí redirecionar o trabalho da ACARPA (BRUNS, 1986, p 1).

O modelo 80 tinha como objetivo: “Contribuir para o aumento da produção e da produtividade da agricultura, da renda do produtor e do bem estar, através da transferência de tecnologia agropecuária, gerencial e de conhecimento de natureza social” ACARPA/EMATER (1981, p.2)

Com a definição destes objetivos foi redirecionada a forma de trabalhar da Acarpa/Emater-Pr. Estes objetivos tinham como princípios básicos de trabalho a educação, a participação e a realidade. Segundo Bruns (1986), o componente educação deveria ser trabalhado no enfoque de busca consciente do conhecimento da percepção da realidade, feita por agentes (produtor, extensionista e pesquisador) ligados pelo diálogo. O componente da participação do agricultor seria trabalhado desde o diagnóstico até a avaliação, entendendo ser ele quem, assumindo o papel de agente irá transformar a sua própria realidade. A realidade deveria levar em consideração o local onde o agricultor, a agricultura, o setor primário, se inscrevem como norteador do processo educativo e participativo.

Em outras palavras tinha como princípios básicos uma ação da extensão eminentemente educativa, estruturada num programa de educação informal, com a participação ativa dos agricultores, agente final das mudanças, nas decisões e soluções dos seus problemas o que exigia um profundo conhecimento da realidade segundo a filosofia da época (BIASI; HENDERIKX, 1993).

Os parâmetros que delinearam a atuação do modelo foram, segundo Bruns (1986), os de que a extensão dirige-se ao produtor e sua família, diferenciadamente de acordo com os interesses e as necessidades de cada categoria, concentrando os esforços no atendimento ao pequeno e médio; no trabalho visando o aumento da renda e do bem estar social do produtor, através da introdução de tecnologia agropecuária, gerencial e de conhecimentos de natureza social e de apoio à organização e tendo a visão da propriedade como um todo.

De acordo com depoimento dado em entrevista pelo técnico de campo observa-se a aplicação do parametro de visão da propriedade como um todo.

[...] até então nos trabalhávamos por produtos, então muitas vezes nós íamos às propriedades, em dois técnicos, um pra ver o café o outro pra ver a soja. Se o produtor tivesse café e soja. Ou café e leite iam um para ver o leite e outro o café. E, com o modelo 80 nós começamos os primórdios de ver a família, a família rural, então passaram cada técnico a ir para a propriedade ver a propriedade como um todo, não que o técnico agrônomo fosse resolver problemas de gado, ou que o veterinário fosse resolver problemas de lavoura. Mas vinha através da conversa com o produtor, saber daquela necessidade e depois ele repassava para técnico responsável. Se ele fosse agrônomo e o problema fosse de leite, ou de animais, ele repassava para o veterinário e oportunamente organizava-se uma visita com o veterinário para resolver aquele problema específico dos animais da propriedade. E a mesma coisa acontecia ao contrário, o veterinário ia dar uma assistência na pecuária e se tivesse um problema de grãos, oportunamente ele marcava uma visita com o agrônomo para resolver o problema relacionado com a agricultura, relacionado aos grãos da propriedade (Entrevistado 1)

Este modelo tinha como componentes básicos o conteúdo, o método e a estrutura, que segundo Bruns (1986), no conteúdo se buscava uma tecnologia apropriada ao estágio dos agricultores e à disponibilidade de fatores. O método objetivava um relacionamento com o produtor baseado no diálogo, numa postura educativa e no uso de meios e métodos de comunicação que propiciassem a problematização, a análise crítica e a escolha consciente de solução. Para trabalhar na estrutura foi escolhida a organização rural, não como uma estratégia para maior e melhor difusão de tecnologia, mas como um mecanismo que pode ser utilizado pelo agricultor para resolver seus problemas mais comuns entre os grupos homogêneos, de comunidade, ou na sociedade.

O método deveria considerar o princípio básico da educação em que o diálogo e o senso crítico eram considerados como técnicas da comunicação. Para Biasi e Henderikx (1993), os métodos e meios deveriam ser usados para a problematização, análise, crítica e a escolha consciente de soluções, atendendo sempre os princípios da educação. Na estratégia metodológica de trabalho, predominavam os métodos grupais. Pretendia-se que os técnicos assumissem um novo papel como extensionista, deixando de ser repassadores de tecnologias para serem educadores. Com relação à estrutura, deveria se utilizar a organização rural não como mera estratégia de trabalho com grupos, mas como uma estratégia de desenvolvimento técnico, econômico, cultural e sócio político dos produtores.

A característica básica deste modelo era a atuação em organização rural. Incentivava-se toda estrutura da empresa a trabalhar com grupos de produtores, jovens, donas de casa, comitês educativos em cooperativas, enfim, um trabalho tendo como base, os grupos. “Neste

primeiro ano são organizados 1010 grupos com aproximadamente 23.000 participantes” (BIASI; HENDERIKX, 1993, p.41).

Percebe-se a vivência desta forma de atuação no depoimento de um extensionista.

[...] a gente quase não tinha tempo de ficar no escritório, porque tinha que montar e organizar reuniões e avisar o povo. Toda semana tinha essas reuniões (Entrevistado 2)

A orientação para execução do modelo era de que os extensionistas atuassem como incentivadores dos agricultores na busca de soluções para os seus problemas, mas que pertencia aos agricultores a solução destes problemas. Segundo Biasi e Henderikx (1993) o extensionista deve trabalhar em organização rural, respeitando os grupos existentes, organizando os grupos de início e incentivando a participação dos agricultores. Sendo que, são os produtores que deverão assumir a solução de seus problemas de qualquer ordem. Ao extensionista cabe orientação na solução dos aspectos tecnológicos, no campo da produção e ou do bem estar social. Os produtores eram organizados em função dos problemas, interesses comuns e aspirações.

O modelo 80 preconizava que a principal estratégia para se fazer o planejamento de trabalho na ACARPA/EMATER-PR era o planejamento participativo. Segundo Biasi e Henderikx (1993), “o planejamento passa a ser participativo, consultivo, priorizando um plano municipal que considerava a participação popular compatibilizada com as prioridades governamentais (estaduais/federais) (1993, p.40).”

Em minha vivência pessoal da época, me recordo que no momento de fazermos o planejamento anual de trabalho, consultávamos os agricultores sobre suas prioridades, compatibilizando com as prioridades governamentais. Primeiramente nos reuníamos com os grupos de produtores organizados por estradas rurais para definirmos as suas prioridades, depois escolhíamos representantes destes grupos para um encontro na sede do município. Neste encontro municipal, os agricultores condensavam as prioridades para o município e escolhiam representantes para participar de um encontro regional na sede de região que era Umuarama-PR. No encontro regional eram definidas as prioridades regionais que seriam trabalhadas com auxílio da equipe regional.

Em trecho da entrevista, extensionista municipal relembra encontro regional:

[...] lotamos aqui em Umuarama o cinema, muitas vezes a gente lotava aquele cinema, para fazer essa questão da organização rural e o produtor participava. (Entrevistado 2.

Bruns (1986) viabilizou uma tabela caracterizando as diferenças existentes entre o modelo anterior e o modelo 80.

TABELA 1 - Comparação entre os modelos anterior e o modelo 80

MODELO ANTERIOR	MODELO 80
- Fomentista, produtivista, mecanicista.	- Humanista, educativo.
- Centrado na produção agropecuária.	- Centrado no homem: seu bem estar, sua renda.
- Visão por produto.	- Visão da propriedade como um todo.
- O produtor como paciente (objeto), da ação extensionista(agente).	- Produtores, extensionistas, pesquisadores agindo sobre a realidade.
- Baseado nas técnicas, crédito rural, liderança, cooperativismo.	- Baseado na educação, participação, realidade, organização rural.
- Introdução de tecnologia moderna, preconizada pela pesquisa.	- Colocação à disposição do agricultor, de alternativas tecnológicas apropriadas, desenvolvidas pela pesquisa, e/ou pelos produtores.
- Centrado no produtor com capacidade de resposta.	- Centrado nos pequenos e médios produtores

Fonte: Bruns (1986, p.5)

Um dos fatores marcantes deste período foi o incentivo à melhor administração da propriedade rural, agora vista como um todo pelos extensionistas. Na ocasião a instituição distribuiu cadernos orientando o agricultor para anotar seus gastos e depois o extensionista ajudava o agricultor a fazer uma avaliação do ano agrícola. Segundo Bruns (1986), na busca de uma melhor percepção da propriedade os extensionistas esbarraram na inexistência de registros de gastos e receitas da propriedade rural. Este diagnóstico propiciou uma ampla campanha na área de Administração Rural, procurando problematizar sobre gastos e ganhos, controles, etc, buscando uma consciência para a necessidade de registrar os dados da produção para poder administrar a propriedade.

A Acarpa/Emater-Pr., na busca de estratégias e métodos alternativos capazes de instrumentalizar a Extensão Educativa preconizada, implantou o VER - Video Educativo Rural, no ano de 1983. Com auxílio destes vídeos educativos o extensionista problematizava o tema, que podia ser de questões técnicas ou sociais, e incentivava a busca de alternativas de soluções em conjunto com os agricultores.

O método do VER foi amplamente utilizado na época, havia técnicos da Acarpa/Emater-Pr que produziam os vídeos com assuntos diversos de interesse dos agricultores. Os vídeos eram produzidos em propriedades rurais onde a ação proposta estava dando certo com depoimento dos proprietários falando das vantagens e dificuldades daquela

ação. Iniciava-se a reunião questionando o que se sabia sobre o assunto tratado e anotava-se em uma cartolina fixada em um album seriado. Em seguida apresentava a primeira parte do video. Após se desligava a TV, conversava com os agricultores para verificar o entendimento do grupo sobre o que o conteúdo do video apresentado, nivelava-se os conhecimentos e prosseguia a reunião com apresentação do restante do video. No final voltava-se a discutir a visão inicial do grupo que estava anotada na cartolina e se questionava a nova informação apresentada no video, se ela seria possível de ser implementada e qual a melhor forma de fazê-la. Para executar esta metodologia o extensionista levava no carro uma televisão, um video e uma enorme bateria que fornecia energia ao conjunto, tendo em vista que a maioria destas reuniões foi realizada no quintal das casas, sobre a sombra de arvores e algumas residências não possuíam energia elétrica.³⁰

O modelo 80 foi amplamente difundido e exercitado, criando-se aprendizados pela Acarpa/Emater-Pr, durante os três primeiros anos de sua implantação. Entretanto, diferentes problemas ocorreram na sua implantação. Bruns (1986) aponta alguns deles:

A pressa na sua implantação, a fixação mecânica do número de grupos a organizar por extensionista, a falta de preparo do mesmo, sua postura professor-aluno ditada pelos condicionamentos de sua formação familiar e profissional, a não existência de um instrumental repensado de comunicação, que propiciasse realmente um trabalho educativo (1986, p.6).

Alguns extensionistas mais antigos tiveram dificuldade de se adaptar aos novos métodos e não conseguiram de pronto abandonar a velha postura de professor-aluno, que adotaram por muitos anos com a pura e simples difusão de pacotes tecnológicos. Neste momento se pretendia dialogo, participação nas decisões e alguns tiveram mais dificuldades. Embora que, na minha avaliação pessoal apesar das adversidades com o método a grande maioria dos servidores se ajustou e gostou dele.

Biassi (1993), em sua avaliação do modelo 80 até o ano de 1983, afirma que o modelo representou um avanço em relação ao conceito tradicional de extensão, mas sua aplicação encontrou barreiras desde a compreensão de sua concepção até sua operacionalização. E que embora o modelo introduzisse conceitos novos à forma de trabalho, não abandonou, na essência de sua proposta, a posição de neutralidade da extensão no que concerne à definição de público, na assunção de uma postura educativa, na medida em que o trabalho estava centrado na introdução de tecnologia agropecuária, gerencial e social, e a organização rural foi utilizada como instrumento político do agricultor.

³⁰ Essas informações têm como base minhas experiências profissionais.

Continuando sua avaliação, Biasi e Henderikx (1993) conclui que o avanço produzido não significou uma tomada de posição da extensão no sentido de ajustar sua prática às condições sociais, econômicas e políticas da sociedade rural e comprometer-se efetivamente com as mudanças estruturais necessárias para se buscar um processo de desenvolvimento que incluísse os segmentos majoritários como participantes do poder e das riquezas geradas no campo.

A partir da minha experiência profissional, é possível afirmar que nestes primeiros anos mudou-se a forma de trabalhar, a metodologia foi participativa no sentido de incluir o agricultor nas decisões relativas aos seus problemas corriqueiros, do dia a dia, sem ter uma visão maior do conjunto de políticas públicas do setor da agricultura.

4.3.2 A Missão: Um Aprofundamento do Modelo

Em 1983, fruto das eleições diretas realizadas em 1982, assume o Governo do Estado, José Richa. Em consequência desta mudança de governo, surgem novas concepções para o setor agrícola e o Modelo 80 é aperfeiçoado. Com a finalidade de embasar ajustes, visando à melhoria da ação extensionista a Acarpa/Emater-PR promove um amplo debate acerca de tudo o que foi executado pela instituição. O debate foi abrangente e envolveu diversos segmentos da sociedade relacionados com a agricultura. Segundo declaração da diretoria da época, em que Geraldo Luiz de Souza era o Secretário Executivo da instituição: “A ACARPA repensou o passado e buscou o novo com ajuda comunitária. O debate foi intenso, e envolvente: a sociedade pulsava por mudanças no enfoque das administrações, na forma, no espírito, na estrutura, nos objetivos.” ACARPA/EMATER (1985, contra capa).

A Acarpa/Emater-PR, no momento em que o país iniciava um período de abertura política, com eleições diretas, teve oportunidade de novamente aprofundar a discussão sobre seu trabalho. Dessa feita, realizou amplo levantamento junto ao seu público alvo, e junto às suas instituições formais e informais: sindicatos, igrejas, comunidades eclesiais de base, líderes institucionais, políticos.

De acordo com Acarpa/Emater (1985) foram ouvidas 1.210 lideranças municipais; 61 lideranças regionais; 112 bases sindicais trabalhadoras; 74 comunidades eclesiais de base e 19 lideranças estaduais. Numa demonstração de um trabalho participativo, a instituição realizou reuniões em todos os seus níveis, procurando ajustar ao diagnóstico externo as informações de seus quadros técnicos, relativas ao trabalho diário de cada extensionista, seus problemas,

sugestões, suas expectativas. Além do que, propiciou a participação de um representante de cada região no seminário para defender suas posições. Segundo Acarpa/Emater-PR (1985),

Todas as regiões do Estado realizaram estas reuniões e deste trabalho saíram as sínteses que foram trazidas a um seminário em Curitiba, com representantes de cada região. Neste seminário participaram também estudiosos e líderes institucionais, convidados pela Acarpa, que debateram, num painel, perante as lideranças da empresa, seus pontos de vista sobre extensão rural (1985, p.3),

Endendo esta segunda parada histórica de reflexão para estabelecimento de novas estratégias da Acarpa/Emater-PR, como a maior demonstração da forma participativa de atuação da instituição nesta década, privilegiando a participação de seus servidores e público externo na definição da “Missão da Extensão Rural no Paraná.” Lembrando que a primeira foi na implantação do Modelo 80.

O Seminário Estadual ocorreu de 12 a 16 de março de 1984, quando foram definidos a missão e o modelo de extensão rural para o Paraná, adaptando a extensão à nova realidade que se vivenciava nesta época. Biasi e Henderikx (1993) informa que participaram deste evento 93 pessoas, entre técnicos locais, regionais, estaduais, técnicos da SEAB, intelectuais, líderes de movimentos sociais, representantes da igreja, sindicatos, representante de cooperativas e estudiosos.

Na análise da diretoria do ano de 1985, referindo-se aos resultados do debate e propostas apresentadas, se percebe a intenção de abolir a forma de trabalho anterior, a qual se privilegiava o fomento agrícola e a pretensão de dar incentivo à participação.

O resultado, no caso da Acarpa/Emater, foi um conjunto de propostas objetivas, profundamente sociais, e perfeitamente exequíveis, desde que os resquícios do passado fomentista fossem abolidos completamente e abrissem um caminho saudável e participativo (ACARPA/EMATER, 1985, contra capa).

Foi redefinida a forma de trabalhar da Acarpa/Emater-PR., que passa a concentrar suas atividades, principalmente junto aos pequenos agricultores. As ações se desenvolviam a partir de questões de seu interesse priorizando a organização destes grupos.

Segundo Bruns (1986), a definição da missão da extensão rural passa a ser:

Comprometer-se com a busca do desenvolvimento tecnológico, gerencial, político, sócioeconômico e cultural da família rural e seu meio, atuando em conjunto com a população rural e suas organizações. Este compromisso deve privilegiar os pequenos agricultores, os trabalhadores rurais, inclusive os sem-terras, de forma integrada com entidades afins. A ação deve pautar-se num processo democrático, educativo e participativo e na não agressão ao meio ambiente (1986, p.6)

Resumindo, nesta nova missão, a Acarpa/Emater-PR assume compromisso de privilegiar o atendimento aos pequenos agricultores; comprometer-se com trabalhadores rurais, inclusive com os sem terra; buscar um tipo de trabalho democrático e participativo; apoiar a organização e mobilização dos agricultores; integrar-se definitivamente com a comunidade e ver politicamente o desenvolvimento, de tal forma que os agricultores participem das decisões de toda a sociedade.

Com relação a integra-se com a comunidade a Acarpa/Emater-Pr buscou que o extensionista conhecesse a realidade da família do pequeno produtor rural para poder se integrar. Nesta época a instituição colocava os extensionistas mais novos para fazer um estágio na propriedade, que tinha como objetivo familiarizar o extensionista com a realidade do público da extensão rural. Nesta ocasião fiz este estágio em que fiquei residindo em uma pequena propriedade rural por quinze dias, sem poder retornar para meu município, ou para minhas atividades familiares. Fiquei nesta propriedade participando de sua rotina e executando todos os trabalhos junto aos membros da família. No início do estágio a família me via como estranha em seu meio e, tinha algumas reservas com relação como se relacionar comigo, mas depois de uma semana em que tínhamos executado várias atividades em conjunto como capinar café, almoçar marmita na roça, dormir embaixo do pé de café no descanso do almoço, matar porco e fazer linguiça, ir à missa, etc. a família começou a me tratar como um membro e pude conhecer sua realidade. Esta experiência possibilitou para muitos extensionistas, como eu, compreender a dinâmica da família rural, seus valores e suas crenças.

Para Biasi e Henderikx (1993), com esta linha de trabalho a empresa buscou privilegiar o desenvolvimento integral do homem rural, sem, contudo, desconsiderar a tecnologia e a produção enquanto processo, mas voltados à diminuição dos custos dos alimentos.

O maior privilegiado com esta “missão” foi o agricultor, indicando claramente uma mudança com relação à década anterior, quando o importante era o aumento de produção para gerar dividendos ou diminuir o custo dos alimentos de consumo interno. Como afirma Bruns (1986, p.7), “não perderam, no entanto, tecnologia e produção, sua importância no processo, porém a serviço de uma causa maior do que a exportação, o barateamento dos alimentos, etc., O HOMEM RURAL.”

Pela minha experiência de trabalho à época percebi que nesta ocasião a porta de entrada da maioria dos servidores na área rural era a tecnológica, devido à sua formação, mas depois com os grupos organizados se discutia o que a comunidade achava importante como

saúde, infraestrutura, escolas, etc., realmente o mais importante para o extensionista era tratar as demandas dos grupos de agricultores, visando prioritariamente o seu bem estar. O trabalho de orientação técnica às lavouras continuou sendo executado em função de pedido dos próprios agricultores, que eram carentes de informações tecnológicas, não sendo mais uma imposição, como em períodos anteriores. As próprias tecnologias eram apresentadas em forma de opções, na qual o agricultor participava das decisões do que era melhor naquela ocasião. Suspenderam-se os pacotes tecnológicos.

Em outras palavras, observa-se no período que o trabalho com transferência de tecnologia, o aumento de produção e produtividade continuaram, mas que as questões do ser humano, dos problemas que inquietavam o agricultor e sua família tiveram prioridade, sendo que, às vezes, estas inquietações eram além da porteira, como relata um extensionista de campo na entrevista:

[...] mas, começou-se já no modelo 80 a ver as questões que atrapalhavam ao produtor, por exemplo, fazíamos reuniões com produtores que afirmavam não ter problemas com a produção, que eles tinham produção, que sabiam produzir, mas que na hora de escoar o produto se deparavam com problemas, como o de uma ponte, que não dava boas condições de escoamento. Aí discutíamos a questão e procurávamos intermediar as questões entre produtores as autoridades dos municípios e prefeituras, e identificar nessas questões onde estava o furo global (Entrevistado 1).

No depoimento coletado na entrevista o extensionista de campo exemplifica como procedia na organização dos grupos:

[...] eu procurava colocar os produtores daquela comunidade para discutir aquele problema e achar uma solução com quem de direito, então se era a prefeitura, a gente procurava uma linha de contato, levar um representante de prefeitura a quem estava afeto àquele problema e procurava discutir e procurar a melhor solução para resolver aquele conflito. Muitas vezes, numa alternativa dessas os produtores diziam, “nós contribuimos com a madeira, para solucionar o problema da ponte”, e a prefeitura entrava com a mão de obra, ou com o cimento, e assim se resolvia o problema (Entrevistado 1).

Um fato que marcou o início de minha carreira extensionista no trabalho com organização rural foi uma ação realizada no município de Maria Helena – Pr, motivada pela diretrizes do “modelo 80”. Ação esta se realizou em três reuniões como passo a relatar:

Numa primeira reunião com um grupo de produtores da comunidade Bandeirantes no município de Maria Helena, eu como extensionista da Acarpa/Emater-Pr, engajada na filosofia da instituição de promover a participação dos agricultores no diagnóstico e encaminhamento de suas demandas, orientei uma dinâmica de grupo para diagnosticar qual era a maior dificuldade enfrentada pela comunidade naquele momento. Após amplo debate os

agricultores chegaram à conclusão que a falta de energia elétrica na escolinha e na igreja limitava as reuniões no período noturno que era quando a maioria deles tinha disponibilidade para participar. Embora a escola e a igreja já tivessem sido construídas há muitos anos, elas nunca possuíram energia elétrica. No decorrer da reunião, continuando a dinâmica, foi discutido como o grupo de agricultores poderia encaminhar a proposta de solução do problema. A maioria opinou que o problema deveria ser encaminhado à prefeitura municipal. Para isto foi se organizou um grupo para procurar a COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) para fazerem um orçamento do valor e repassarem à comunidade em outra reunião, quando se organizaria um grupo para falar com o prefeito.

Na segunda reunião, tendo se passado uma semana, para surpresa de todos os integrantes do grupo os responsáveis pelo orçamento comunicaram que o valor cobrado pela COPEL era muito barato e que o grupo dispunha do recurso financeiro em caixa para pagar a instalação. Os recursos financeiros disponíveis eram resultado da última festa realizada por eles. Os agricultores decidiram eles próprios contratarem a COPEL e fazerem as instalações para ter energia na escola e igreja.

Na terceira reunião o grupo de agricultores concluiu que eles ficaram alguns anos sem ter energia elétrica por falta de se reunirem e analisarem seus problemas. A maioria das reuniões que eles tinham era para organizar festas religiosas e dificilmente tratam de assuntos do interesse de todos de forma organizada e participativa.

Nesta ação a intenção era auxiliar a organização dos agricultores, estimulando sua participação e tomada de decisão, conforme preconizado pelo “Modelo 80”. Na função de extensionista apenas agi como fomentadora do grupo de agricultores para que eles mesmos diagnosticassem seus problemas e buscassem as suas próprias soluções, que neste caso bastou uma união e organização para sua solução.

Para trabalhar com esta missão a Acarpa/Emater-PR. passa a dar destaque à formação do extensionista naquilo que ele tinha de mais fraco: a visão social, a busca do conhecimento para a análise com o agricultor e sua família de sua realidade no campo social (BRUNS, (1986). Fato pode ser percebido pela entrevista do extensionista da Acarpa que tinha função municipal, referindo-se ao treinamento fornecido pela instituição nesta época:

[...] os 40 dias que eu fiquei em Curitiba não falaram nada de assistência técnica era só extensão rural, nós saímos de lá extensionistas. (Entrevistado 2)

Constava na missão o trabalho com trabalhadores rurais, incluindo-se nessa categoria os trabalhadores com carteira assinada, os bóias-frias, os sem-terra e os filhos dos pequenos

agricultores. Segundo Bruns (1986), por diversos fatores o trabalho da extensão com trabalhadores rurais e trabalhadores volantes (bóias-frias) não evoluiu.

Com relação aos trabalhadores sem terra, a Acarpa/Emater-PR., tratou a questão da reforma agrária. Segundo Biasi e Henderikx (1993), a ação desenvolvida não se limitava apenas à assistência nos aspectos tecnológicos, mas também, nas organizações dos pequenos agricultores e dos sem-terra, para participarem efetivamente da política agrária e das mudanças da política econômica capazes de viabilizá-la.

No município de Maria Helena-Pr, onde eu trabalhava à época, ajudei a promover, convidando os agricultores para o “Arrastão pela Terra” que consistia em uma semana de reuniões com vários grupos de agricultores onde era discutido a questão do acesso a terra. Nesta ocasião foi convidado um assessor do Movimento dos Sem Terra de São Paulo para ministrar as palestras. A intensão deste arrastão era divulgar o Estatuto da Terra, principalmente a “função social da terra”. No município de Maria Helena os agricultores se interessaram pelo assunto, discutiram entre eles, mas não se organizaram para participar de um movimento maior da luta pela terra. Alguns agricultores participaram quando organizamos a excursão para participar da Romaria da Terra realizada no município de Guaira-Pr. Todo este trabalho para organizar estas atividades com os sem-terra, no município de Maria Helena-PR., era planejado em reuniões realizadas no pátio da igreja católica, com apoio da mesma.

Segundo Biasi e Henderikx (1993), nos assentamentos a instituição assessorava nos estudos e planificação, permitindo que fossem desenvolvidas com base em parâmetros ecológicos, econômicos e sociológicos adequados, conforme preconizava o Programa Nacional de Reforma Agrária. No contexto dos produtores rurais sem-terra (arrendatários, posseiros, meeiros), existentes nas áreas das desapropriações realizadas pelo Governo para implantação de usinas hidrelétricas, a Acarpa/Emater-PR., segundo Bruns (1986) apoiou sua organização em nível de grupos e de comunidades e, finalmente, na consolidação de sindicatos de trabalhadores.

Nesta década, no período pré Assembléia Nacional Constituinte, a Acarpa/Emater-PR., segundo Biasi e Henderikx (1993) buscou a participação da população do meio rural, que além de envolver-se nos debates da mesma, elaborou abaixo-assinados de emendas para a Constituição em assuntos de interesse em nível geral e particular do meio rural.

Percebeu-se nesta época, que o trabalho intenso com os grupos organizados de trabalhadores sem terra continuou até a troca do secretário da agricultura, no ano de 1984.

Ocorreu a mudança do comando da SEAB ainda na gestão do primeiro governo eleito por eleição direta no estado após o regime militar. Com a entrada do novo secretário de agricultura, Francisco Antonio Albuquerque Neto, o trabalho com este público foi diminuindo, na minha percepção, a orientação da instituição foi de continuar a realizar trabalhos em organização rural, mas o público prioritário eram os agricultores que detinham a posse da terra de alguma forma como arrendatários, parceiros, comodatários e pequenos proprietários de terra e suas famílias. A troca do comando da SEAB não impediu a ACARPA/EMATER-PR de continuar trabalhando o “modelo 80” de extensão rural.

..... Com relação à proteção ambiental, os técnicos eram incentivados a atuarem como “zeladores do meio ambiente”. Segundo Biasi e Henderikx (1993), esta década é a de lutas contra a erosão, e neste intuito foram organizadas as Comissões Municipais de Solos em cada município.

Esta “missão” foi desenvolvida até o ano de 1997, quando muda o governo estadual e assume Álvaro Dias. Nesta ocasião, de acordo com Biasi e Henderikx (1993), as linhas de ação da empresa se alteram significativamente, não havendo mais exclusividade de atuação com os pequenos agricultores e trabalhadores; as prioridades doação são produção de alimentos básicos e abastecimento, produtividade da terra e do trabalho e, especialmente, a recuperação e preservação dos recursos naturais.

Logo após o novo governo tomar posse mudou a forma de agir na instituição. As ações com organização rural continuaram no município em que eu atuava, mas o enfoque passou a ser a conservação dos solos em microbacias hidrográficas e, o público prioritário do trabalho eram os que tinham propriedade nesta área geográfica, não importando se fossem pequenos, médios ou grandes produtores rurais. A distinção que se fazia era de que pelas normas dos programas, os subsídios oferecidos pelos Programas de Governos eram maiores para os pequenos produtores rurais. O enfoque de se dar prioridade às necessidades sentidas pelas famílias rurais foi deixado em segundo plano. As metas estabelecidas forçavam o extensionista a atuar quase que exclusivamente em cima dos programas de governo.

Os extensionistas que acreditavam, apoiavam e estavam habituados com uma linha de ação amplamente participativa da extensão rural no estado do Paraná, estranharam estas novidades. Havia uma diferença de visão entre grande parte do corpo funcional da instituição, com esta nova forma de atuar do Governo de Estado. Segundo Biasi e Henderikx (1993), como fruto destas novas regras ocorre um intenso desgaste institucional/funcional gerando mobilização de funcionários no estado. Neste período ocorrem demissões devido a estes conflitos e a defasagem salarial, chegando a instituição a ter 384 funções vagas.

O novo governo, com uma nova filosofia, modifica a missão da instituição em 1988, restringindo o modelo participativo que foi característica da década até aquele momento. Segundo Biasi e Henderikx (1993), o que ocorreu na realidade foi a redescritção da missão em um patamar em que a sociedade menos privilegiada pouco foi ouvida.

A minha avaliação com relação a estas mudanças foi a de que o extensionista passou a ser um mero executor de Programas de Governo, seus conhecimentos e vivência junto ao público assistido já não importava mais para a instituição, o extensionista apenas executa, não é mais convidado a construir junto com a instituição seus objetivos e metas. O trabalho extensionista se voltou para a produção e produtividade. A extensão rural continuou a atender em sua grande maioria os pequenos agricultores em função dos Programas de Governo serem financiados por bancos internacionais que exigiam a preferência a este tipo de público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a forma de trabalhar da ACARPA/EMATER-PR na década de 1980 possibilitou através da explanação e apreciação dos eventos ocorridos no período, compreender e associar as fases precedentes e verificar sua relação com o “Modelo 80 de Extensão Rural” adotado pela Acarpa/Emater-Pr. Foi constatado que na ocasião, em decorrência da modernização da agricultura, ocorrida nas décadas de 60 e 70, em consonância com o movimento nacional da extensão rural, houve uma reorientação na forma de trabalhar da instituição, permitindo a inclusão de seus servidores, público assistido e lideranças na definição de suas linhas de atuação.

Por meio do panorama histórico da agricultura identificou-se que a sua modernização e transformação foi iniciada em meados da década de 60, tendo se baseado, primordialmente, na mecanização e uso intensivo de insumos químicos. A estratégia tecnológica foi importada de outros países e não respeitou os usos e costumes da agricultura brasileira, desprezou os saberes dos agricultores, bem como suas sementes e seus meios de produção, tornando-os dependentes de insumos importados. Houve profundas mudanças na maneira de trabalhar e a forma do agricultor se relacionar com a terra.

Este modelo de modernização foi alicerçado em incentivos fiscais, no sistema de crédito rural subsidiado, pacotes tecnológicos importados difundidos pela extensão rural e na instalação dos complexos agroindustriais. De um lado houve ganho de produção e produtividade agrícola; de outro lado acarretou êxodo rural, acentuou as desigualdades sociais e ocasionou degradação do meio ambiente.

Esta modernização foi conservadora, no sentido de que não destruiu os elementos tradicionais provenientes da antiga sociedade pré-industrial, no qual os proprietários rurais permaneceram no centro do poder político e sem ter alterada a estrutura agrária.

No final da década de 70, se consolidou uma agricultura que estava fortemente subordinada ao crédito rural e ao complexo agroindustrial, que se caracterizava pela integração da agropecuária com outros ramos industriais, transformando-a em um elo de uma cadeia onde se encontram de um lado, as indústrias que fornecem à agricultura insumos, máquinas e equipamentos (setor a montante) e, do outro, as indústrias de classificação, beneficiamento e/ou industrialização da matéria-prima agrícola, bem como a sua distribuição (setor a jusante).

No estado do Paraná este processo modernizante ocorreu mais intensamente com a introdução das culturas de soja e trigo, que bateram recordes nacionais de produtividade em relação ao restante do país. Em contrapartida, o estado que a partir dos anos quarenta e, particularmente, na década de cinquenta recebeu grande contingente de emigrantes, durante a década de 70 perdeu parte da população rural, principalmente, devido ao desaparecimento de muitos pequenos estabelecimentos, ocasionando um aumento significativo de população urbana e migração para outros estados. A degradação ambiental foi significativa, principalmente, com relação à erosão dos solos. A soma desses fatos acentuou as desigualdades sociais.

O panorama descrito acima mostra a característica da transformação que ocorreu no meio rural de meados dos anos 60 até o final da década de 70, decorrente da expansão do capitalismo na agricultura. Esta mudança é consequência do modelo econômico adotado no Brasil, e neste ambiente a Extensão Rural age como parte integrante.

Verificou-se, neste estudo, que a ACARPA/EMATER-PR, atuava em consonância com o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país e com as diretrizes e orientações do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, adaptando suas ações para a realidade estadual.

A Extensão rural é compreendida como um processo de educação e capacitação continua que se distingue pela relação e comunicação recíproca e constante dos extensionistas com os agricultores, suas famílias e suas organizações. Relaciona-se ao desenvolvimento agrícola como processo educativo informal.

A extensão rural no Brasil passou por diversas fases, acompanhando o desenvolvimento da agricultura, que por sua vez seguia o desenvolvimento econômico do país. Observou-se que as fases pelas quais a extensão rural atravessou estavam intimamente relacionadas com o processo pelo qual passava a agricultura e exigiram uma mudança de postura do servidor extensionista que, em determinado momento, tinha um trabalho missionário, em outras ocasiões se comportava como o indutor de um processo de modernização imposto pelo Estado e depois passando a utilizar métodos de atuação participativos.

As três fases mais conhecidas na extensão rural são: humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo crítico. A fase chamada “humanismo assistencialista” que ocorreu desde 1948 até a década de 1960, tem como objetivo principal da ação extensionista, aumentar a produtividade agrícola e melhorar o bem estar das famílias rurais, com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir. Em geral, as

equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de Economia Doméstica. Com a modernização da agricultura ocorrida de 1964 a 1980 houve a fase “difusionismo produtivista”, na qual o extensionista atuava como um difusor de pacotes tecnológicos modernizantes e ajudou a subordinar a agricultura ao crédito rural subsidiado e aos complexos agroindustriais. No início de 1980, inicia a fase do “humanismo crítico” com uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma consciência crítica nos extensionistas. O planejamento participativo era um instrumento de ligação entre os extensionistas e os produtores, com base na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire.

O modelo de extensão rural adotado no estado do Paraná, através do ETA-Projeto 15 e depois continuado pela Acarpa, foi semelhante ao da maioria dos estados brasileiros, que tinham como financiadoras instituições norte-americanas, que trouxeram além dos recursos financeiros, sua filosofia de integrar o agricultor ao sistema capitalista. Inicialmente sua ação predominava através do crédito rural supervisionado, depois vieram os convênios internacionais com objetivo de modernizar a agricultura. Na fase brasileira da modernização da agricultura, a presença da Acarpa garantiu ao estado do Paraná sua inclusão neste modelo.

O trabalho em extensão foi se desenvolvendo gradativamente, tendo uma evolução crescente de instalação de escritórios municipais. Não por coincidência, na década de 70 que ocorreu a maior expansão, tendo um incremento em sua base física de 304%, estando presente em todos os municípios paranaenses e tendo uma relativa importância nos destinos da agropecuária paranaense. Este fato se explica pela forma intensa que ocorreu a modernização da agricultura no Paraná neste período, onde a assistência técnica teve papel fundamental na difusão de tecnologia.

Meu trabalho e leituras permitiram constatar que a agricultura estava atrelada ao desenvolvimento econômico do país e foi fortemente abalada pela crise do início da década de 80, este fato, aliado à abertura política propiciado pela redemocratização do Brasil, interferiram decisivamente para que o SIBRATER repensasse sua conduta. É importante destacar que este procedimento de repensar e redirecionar forma de atuar na extensão rural ocorreu em todo o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, tanto que este período ficou conhecido como fase do humanismo crítico.

Acompanhando o movimento do sistema de extensão rural do país, no ano de 1979, fruto da demanda de seus servidores, a ACARPA/EMATER-PR inicia uma fase de repensar sua trajetória. Em decorrência desta reflexão e se adaptando a nova conjuntura proporcionada pela abertura política, propõe o “Modelo 80” de extensão rural. Este novo modelo foi

construído ouvindo seus servidores através de entrevistas que forneceram subsídios para uma análise aprofundada do trabalho da extensão rural do estado do Paraná, culminando com seu redirecionamento. Este momento foi considerado, por esta autora, como sua primeira parada histórica de reflexão.

Este modelo se baseava em uma ação da extensão estruturada num programa de educação informal, com a participação ativa dos agricultores e exigia um profundo conhecimento da realidade agrícola. No entanto, na fase de sua implantação, embora tenha trabalhado prioritariamente com pequenos agricultores, tinha uma posição de neutralidade com relação à definição de público a ser assistido.

Varias ações foram desenvolvidas na primeira fase de implantação deste modelo, a organização rural, que historicamente foi utilizado pela extensão rural como meio do extensionista atingir um maior público para difundir tecnologia, agora passa a ter um enfoque diferente, é utilizada para ser apropriada pelo agricultor, como mecanismo para ele resolver seus problemas mais comuns, de sua comunidade ou da sociedade. O planejamento passou a ser participativo e consultivo. Neste período houve dialogo, participação nas decisões.

No ano de 1983, quando assume o governador José Richa, eleito por voto direto e em consequência da abertura à participação proporcionada pelo modelo 80, este modelo é aperfeiçoado em um amplo debate com a sociedade, caracterizando a segunda parada histórica de reflexão da Extensão Rural do Paraná. Desta vez, além de consulta aos seus servidores, a Acarpa/Emater-Pr convidou para participar do debate sobre sua nova “Missão” lideranças municipais, regionais e estaduais, sindicatos e comunidades eclesiais de base.

A definição da “Missão da Extensão Rural no Paraná” ocorreu em um Seminário Estadual, demonstrando a forma participativa de atuação da instituição nesta década, privilegiando a participação de seus servidores e público externo nesta importante decisão. Nesta ocasião é definido como público prioritário de trabalho da Acarpa/Emater-Pr, a família dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, inclusive os sem-terras. Ficou definido que a ação deveria buscar um tipo de trabalho democrático e participativo; apoiar a organização e mobilização dos agricultores; integrar-se definitivamente com a comunidade e ver politicamente o desenvolvimento, de tal forma que os agricultores participem das decisões de toda a sociedade.

Na minha percepção, o fato de se ter incluído os trabalhadores rurais, inclusive os sem terra como publico a ser atendido causou certo desconforto na burguesia agrária paranaense, que passou a criticar (zombar) do modelo.

O enfoque do trabalho extensionista durante este período foi privilegiar o desenvolvimento integral do homem rural, sendo que o mais importante para o extensionista foi tratar as demandas dos grupos de agricultores, questões do ser humano, dos problemas que inquietavam o agricultor e sua família tiveram prioridade, sendo que, às vezes, estas inquietações eram relativas a questões fora da propriedade (além da porteira), como foi relatado nas entrevistas e vivenciado por mim. Era comum problemas de infraestrutura municipal como pontes, adequação de estradas, energia elétrica em escolas, etc.

Observei que neste período se trabalhou muito com tecnologias de aumento de produtividade, mas com um foco diferente do anterior, em que se levava um pacote tecnológico pronto, agora o extensionista apresentava opções tecnológicas e constrói junto com o agricultor sua forma própria de utilizar as melhores opções.

Neste período em que foi intensamente trabalhado o “Modelo 80” percebia-se na maioria dos servidores uma identificação com a missão da instituição, o clima era de harmonia e respeito com os objetivos do pequeno agricultor e sua família, possibilitando aos agricultores transformarem-se em sujeitos do seu processo de desenvolvimento, valorizando seu conhecimento e proporcionando uma troca de experiências e saberes, resultando em um aumento de sua inclusão social e cidadania.

Notou-se na trajetória histórica do EMATER até o final da década de 80, pela descrição de sua trajetória e correlacionando com o “Modelo 80 de Extensão Rural” adotado à época, este período proporcionou uma forma diferente de trabalhar da até então utilizada, baseado em um processo de educação informal, propiciando uma participação ativa dos agricultores nas decisões e soluções dos seus problemas.

Esta “missão” foi trabalhada até o ano de 1987, quando muda o governo estadual e assume Álvaro Dias alterando significativamente as linhas de ação da instituição. Cabe aqui ressaltar que no estado do Paraná a mudança na forma de trabalhar na extensão rural mudou antes da extinção da Embrater, que só ocorreu em 1990.

Neste novo Governo paranaense, ouvir e trabalhar de forma participativa as preferências definidas pelas famílias rurais dos pequenos agricultores não é mais prioridade para extensão rural, retorna-se a dar importância ao produto agrícola e à propriedade como base física de produção. As opções de trabalho definidas neste período são a produção de alimentos básicos e abastecimento, produtividade da terra e do trabalho e, especialmente, a recuperação e preservação dos recursos naturais.

É imposto ao extensionista um novo papel, o de ser um mero cumpridor de Programas de Governo, seus conhecimentos e vivência junto ao público assistido já não importa mais

para a instituição, o extensionista apenas executa, não é mais convidado a construir junto à instituição seus objetivos e metas. Como consequência destas novas regras ocorre um intenso desgaste institucional/funcional, gerando mobilização de funcionários no estado. Neste período ocorrem demissões devido a estes conflitos e à defasagem salarial.

Embora o “Modelo 80” tenha sido substituído por uma nova forma de trabalhar com o novo governo, ele permaneceu no ideário do extensionista que, sempre que possível aplica alguns dos conceitos aprendidos. Os servidores que lutaram pela manutenção de seus propósitos e, em função disto, se desligaram da instituição à época, em determinado momento de nova abertura política no estado do Paraná, retornaram em funções de destaque as atividades da instituição, sendo que alguns se destacaram nacionalmente no contexto da extensão rural. Mas, isto seria assunto para mais uma dissertação.

Eu, que iniciei meus trabalhos na Acarpa quando já havia sido implantado o “Modelo 80”, vivi intensamente esta fase democrática e participativa da extensão rural do Paraná. Quando o modelo foi substituído por uma nova missão, nós, extensionistas, éramos pressionados a trabalhar na nova proposta em função das metas impostas a serem atingidas em repasse de subsídios dos programas governamentais. Em um primeiro momento veio a sensação de que àquela forma de trabalhar havia acabado, mas com o tempo, nós extensionistas que vivenciamos este modelo encontramos formas de “encaixá-lo” no trabalho do dia a dia. Por exemplo, o conhecimento da realidade da família do pequeno agricultor nos permitia uma maior aproximação com ele, resultando em um constante dialogo e construção da melhor opção tecnológica para sua propriedade, não usando processo impositivo de um profissional “repassador de subsídios”; continuamos a incentivar a organização rural como forma de garantia de reivindicação de seus próprios interesses, às vezes, junto à própria instituição. Nós extensionistas que exercitamos este processo democrático transmitimos estes conhecimentos aos novos contratados, sendo que o Modelo 80, depois de trinta anos de sua implantação, é ainda hoje conhecido e citado pelos velhos e novos servidores como metodologia democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

ACARPA/EMATER – Paraná. **Modelo de extensão rural 1980**. Curitiba, 1981. 8p.

ACARPA/EMATER. **A nova extensão rural no Paraná**. Curitiba: 1985.

ACARPA/EMATER. **Modelo de extensão rural 1980**. Curitiba: fevereiro de 1980.8p.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182p.

BALESTRIN, N. L. **Associação da Agricultura Orgânica do Paraná**: uma proposta em (re)construção. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia das Organizações, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

BIASI, C. A. F.; HENDERIKX, E. M. G. J. **Contribuição para a análise da extensão rural – EMATER - Paraná**. Apostila digitada, Curitiba, 1993. 132p.

BORGES, D.F.; MEDEIROS, J. P.de. **Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN**. Rio de Janeiro, 2007.

BRANDERBURG, A. **Extensão Rural**: Missão cumprida. Departamento de Ciências Sociais, UFPR-Curitiba-Pr, 1991.18p.

BRANDERBURG, A.; HENDERIKX, E. **Referencial para atuação com categorias de produtores na extensão rural do Paraná**. Curitiba: ACARPA/EMATER, 1981. 54p.

BRUNS, C. de. **A extensão rural e o desenvolvimento**. EMATER-PR. Série Estudos nº. 9. Curitiba: 1986.12p.

CAVALET, V. J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão**. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Ano de 2008. Disponível em: <regionalivfeab.blogspot.com/feeds/posts/default?orderby=updated>. Acesso em: 15 set. 2012.

DATER/MDA/SAF. maio 2004. 23p. (Texto digitado).**Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”**.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Coleção América Latina, Editora Icone, Universidade da Califórnia, 1985.

DIAS, M.M. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (Pnater) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v.18, n.2, p.11-21, Viçosa, 2007. Disponível em: <[http://regionalivfeab.blogspot.com/feeds /posts/default?orderby=updated](http://regionalivfeab.blogspot.com/feeds/posts/default?orderby=updated)>. Acesso em 29 de set. de 2012.

EMATER/ACARPA. **A extensão rural e o desenvolvimento**. Curitiba, 1986. 12p.

EMATER-PARANÁ. **A realidade da Emater**. Curitiba, 1966. 14p.

EMBRATER. **Política e diretrizes de formação extensionista**. Brasília: Embrater, 1987, 52p.

FAJARDO, S. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. Tese para obtenção do Título de Doutor em Geografia ano de 2007. Presidente Prudente-SP: UNESP. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/07/sergiofajardo.pdf> Acesso em 17 de set. de 2012.

FIGUEIREDO, R.P. de. Palestra de abertura. In: **Relatório de Seminário Estadual- 12 a 16 de maio de 1984**. Apostila digitada, EMATER-PR, Curitiba, 1994.

FIGUEIREDO, R.P. de. **Extensão rural, desenvolvimento e democracia**: pronunciamentos do Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo, em 1985. Brasília, Embrater, 1986. 70p.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93p.

GARCIA JR. A. R.; HEREDIA, B. A. de. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. In: GODÓI; MARIN, (orgs.) **Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil**. Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, 331p.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

IPARDES. **Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar**: subsídios e diretrizes para uma política pública. Relatório 1: levantamento das demandas tecnológicas e sugestões de diretrizes de políticas públicas / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Agrônomo do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2005. 318 p.

MIELITZ NETO, C. G. A. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Planejamento e gestão para o desenvolvimento rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

NUNES, S.P. **O campo político da agricultura familiar e a idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento”**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba: 2007, 140p.

O Jornal Ambiente Brasil (2012). Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/historico_da_agricultura.html>. Acesso em: 15 set. 2012.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996, 523 p.

OLIVEIRA, P. C. F. Extensão rural: “a cara do governo no campo”. **Revista Habitus**: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n.

2, p. 67 - 78, dezembro. 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>> Acesso em: 30 de dezembro de 2011.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural No Brasil – Uma Abordagem Histórica Da Legislação**. Textos Para Discussão 48. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Centro De Estudos. Brasília, 2008.

PEREIRA, M. F. **Evolução da fronteira tecnológica múltipla e da produtividade total dos fatores do setor agropecuário brasileiro de 1970 a 1996**. Florianópolis, Universidade Federal De Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Tese de Doutorado, 1999.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SCHIMIDT, C.R.; BRAUN, M.B.S.; STADUTO, J.A.R. **A inserção agrícola brasileira no comércio internacional e seus desdobramentos no caso do Paraná**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/03O171.pdf>>. Acesso em: 08 de out. de 2012.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR)** Curitiba, UFPR, Dissertação de mestrado, 2005.

SILVA, A. A. **Concepções de processo educativo no âmbito da extensão rural e suas repercussões na prática dos extensionistas: um estudo através da EMATER – RS**. Santa Maria (RS), 1982. 218p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

VIEIRA, J. A assistência técnica e extensão rural no Brasil: hoje e amanhã. In: ASBRAER et al. **Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**, 1997, Brasília. **Anais...** (Workshop Nacional). Brasília: PNUD, 1997. 222p.

WIKIPEDIA, **Estado do Paraná**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Paran%C3%A1#Estabilidade_e_desenvolvimento> Acesso em: 27 de set. de 2012.

WILKINSON, J. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo – Salvador: Estudos Rurais, Fundação Centro de Planejamento Agrícola-CEOA-BA, Hucitec, 1986.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELA

Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil.

Especificação	Humanismo assistencialista	Difusionismo produtivista	Humanismo crítico
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público preferencial: agricultores	Pequenos	Grandes e médios	Pequenos e médios
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor rural	Família Rural
Orientação Pedagógica	“Ensinar a fazer fazendo”	Difusionista	Dialógica, problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente, instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico, moderniza o processo produtivo, aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado, cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado, voltado para produtos como fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado, voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias “apropriadas”
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Fonte: RODRIGUES (1997).

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome completo:

Função e local de trabalho atual:.....

Ano que iniciou o trabalho na EMATER:.....

Função e local de trabalho que exercia na década de 1980:.....

Fone de contato:.....

Perguntas para direcionar o relato livre:

- 1) Desde que entrou na EMATER quais funções exerceu?
- 2) Qual era a sua função na década de 80? Trabalhou em que lugar?
- 3) Como era o trabalho antes da década de 80?
- 4) Em sua opinião o que desencadeou o modelo 80, implantado na década de 1980?
- 5) Na sua visão o que foi o modelo 80?
- 6) Na sua percepção como era o trabalho da ACARPA/EMATER-PR, relativo à participação dos agricultores?
- 7) Essa forma de trabalhar incentivada a participação dos agricultores na busca de soluções para seus problemas?
- 8) Como os extensionistas ajudavam a organizar essa participação?
- 9) Na sua percepção como era o trabalho da ACARPA/EMATER no modelo 80.
- 10) Como você sentia o ambiente externo à EMATER no Paraná e no Brasil antes e durante este período?
- 11) Como você sentia o ambiente interno da EMATER quanto a aplicação do modelo 80?
- 12) Você acha que o movimento iniciado na década de 80 influenciou os rumos da EMATER até hoje? Como é essa influência?